

**Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e da 3ª Série do “BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII” (“Fundo”),
CNPJ/MF nº 11.804.504/0001-80**

no montante de

até R\$200.000.000,00

em relação às Cotas Seniores da 2ª Série, e

até R\$100.000.000,00

em relação às Cotas Seniores da 3ª Série

Cedente dos Direitos Creditórios



Registro CVM Cotas Seniores da 2ª Série CVM/SRE/RFD/2010/029, concedido em 22 de outubro de 2010 e modificado em 14 de abril de 2011

Registro CVM Cotas Seniores da 3ª Série CVM/SRE/RFD/2010/030, concedido em 22 de outubro de 2010 e modificado em 14 de abril de 2011

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 2ª Série – Standard & Poor’s: brAAA (sf)

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 3ª Série – Standard & Poor’s: brAAA (sf)

Classificação ANBIMA: FIDC

Código ISIN Cotas Seniores da 2ª Série nº BRCSGOCTF038

Código ISIN Cotas Seniores da 3ª Série nº BRCSGOCTF046

Valor Unitário das Cotas Seniores da 2ª Série: R\$1.000,00 (mil reais)

Valor Unitário das Cotas Seniores da 3ª Série: R\$1.000,00 (mil reais)

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito originados e detidos pelo BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.107, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74 (“Cedente” ou “Banco BMG”), em razão da celebração e concessão de créditos consignados, nos termos legislação aplicável e do regulamento do Fundo (“Direitos Creditórios” e “Regulamento”, respectivamente).

As Cotas Seniores serão objeto de distribuição pública, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado (“Oferta”), que será conduzida pelo Banco BMG, na qualidade de instituição responsável pela Oferta. O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada, nos termos da regulamentação aplicável, a administrar fundos de investimento em direitos creditórios, com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 (“Instituição Administradora”). A Instituição Administradora contratou a Integral Investimentos S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.576.569/0001-86, para realizar a gestão da carteira de investimentos do Fundo (“Gestora”).

A constituição do Fundo e o inteiro teor do seu Regulamento foram aprovados por ato único da Instituição Administradora, datado de 31 de março de 2010, sendo o Regulamento registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 1º de abril de 2010, sob nº 238.947. A Oferta das Cotas Seniores da 2ª Série foi registrada na CVM em 22 de outubro de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/029, e a Oferta das Cotas Seniores da 3ª Série foi registrada na CVM em 22 de outubro de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/030, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alteradas. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e posteriores alterações, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O investimento no Fundo representa riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora e/ou a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará

garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante do Fundo ou do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 35 a 44 deste Prospecto.

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Cotistas do Fundo.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora e ao Banco BMG.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas a serem distribuídas.”

Somente Investidores Autorizados, conforme definidos no Regulamento e neste Prospecto, podem adquirir cotas do Fundo.

LEIA O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 3 DESTE PROSPECTO.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do código ANBIMA de regulação e melhores práticas para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.”

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA



CUSTODIANTE



GESTORA



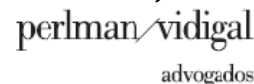
ESTRUTURADOR



AUDITORIA



ASSESSORIA JURÍDICA



A data deste Prospecto é 15 de abril de 2011

AVISOS – ANBIMA

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora e/ou a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

A carteira de ativos deste Fundo pode possuir prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota do Fundo se comparada à de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor do Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Não há garantias de que a alíquota aplicável, quando do resgate das Cotas do Fundo, será a menor dentre as previstas pela legislação vigente. Não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

Para informações adicionais sobre a tributação aplicável aos Cotistas e ao Fundo, vide Seção “Regras de Tributação do Fundo” deste Prospecto.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou ANBIMA,

garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 35 e 44.

Não há compromisso ou garantia por parte da Instituição Administradora e da Gestora de que o objetivo do Fundo será atingido.

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida à Instituição Administradora, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda de patrimônio líquido do Fundo e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.

As Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sérieserão registradas à negociação no Sistema de Fundos Fechados -SFF da CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES E DO AUDITOR	18
DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	20
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS	21
Informações relativas ao Fundo	24
Fluxograma da Securitização	25
Público Alvo	26
CONDIÇÕES DA OFERTA	26
A Oferta	26
Registro da Oferta	27
Quantidade de Cotas Seniores da 2ª Série	27
Quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série	27
Preço de Emissão das Cotas Seniores da 2ª Série	27
Preço de Emissão das Cotas Seniores da 3ª Série	27
Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série	27
Cronograma de Etapas da Oferta	28
<i>Melhores Esforços</i>	29
<i>Início e encerramento da distribuição</i>	29
<i>Divulgação de anúncios relacionados à Oferta</i>	30
<i>Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação</i>	30
<i>Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta</i>	30
<i>Devolução e reembolso aos investidores</i>	30
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série	31
Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 2ª Série	32
Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 3ª Série	32
Negociação das Cotas	33
Possibilidade de Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos Creditórios	33
Demonstrativo do Custo da Oferta	34
FATORES DE RISCO	35
Riscos de Mercado	35
<i>Flutuação de Preços dos Ativos</i>	35
<i>Descasamento de Taxas</i>	35
Riscos de Crédito	36
<i>Ausência de Garantias</i>	36
<i>Risco de Concentração em Títulos Públicos</i>	36
<i>Fatores Macroeconômicos</i>	36
<i>Desligamento do Devedor</i>	36
<i>Morte do Devedor</i>	37
<i>Decisão Judicial Desfavorável</i>	37
<i>Cobrança Judicial e Extrajudicial</i>	37
<i>Critérios Adotados pelo Cedente para Concessão dos Empréstimos</i>	37
Risco Proveniente do Uso de Derivativos	37
<i>Oscilações no Patrimônio do Fundo</i>	37
Risco de Liquidez	38
<i>Fundo Fechado e Mercado Secundário</i>	38
<i>Direitos Creditórios</i>	38
<i>Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo</i>	38
Risco de Descontinuidade	38
<i>Recebimento Antecipado de Valores</i>	39
Risco do Cedente	39
<i>Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios</i>	39
<i>Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente</i>	39

<i>Efeitos da Política Econômica do Governo</i>	39
Riscos Específicos	40
<i>Riscos Operacionais</i>	40
Outros Riscos	41
<i>Rompimento dos Convênios</i>	41
<i>Intervenção ou Liquidação do Custodiante</i>	41
<i>Risco de Concentração</i>	41
<i>Alteração do Regulamento</i>	42
<i>Risco de Concorrência</i>	42
<i>Restrições de Natureza Legal ou Regulatória</i>	42
<i>Risco de Pagamento Antecipado</i>	42
<i>Ausência de Notificação aos Devedores</i>	42
<i>Emissão de Novas Cotas</i>	43
<i>Fraude na Obtenção de Empréstimo</i>	43
<i>Auditoria por Amostragem</i>	43
<i>Vícios Questionáveis</i>	43
GERENCIAMENTO DE RISCOS	44
<u>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</u>	45
BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA	46
OBJETO	46
FORMA DE CONSTITUIÇÃO	46
PRAZO DE DURAÇÃO	46
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	46
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	46
Aplicação em Direitos Creditórios	46
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	47
Condições de Cessão	47
Limites de Concentração	48
Operações em Mercados de Derivativos	50
Requisitos de Diversificação	51
Direitos Creditórios Elegíveis	51
Demais Informações sobre a Política de Investimento	51
CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO	51
ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	52
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	53
COTAS DO FUNDO	53
Características Gerais	53
Relação Mínima	54
Distribuições Anteriores	54
Novas Distribuições	54
Negociação das Cotas Seniores	54
Classificação de Risco das Cotas Seniores	55
<i>Classificação de risco das Cotas Seniores da 2ª Série</i>	55
<i>Classificação de risco das Cotas Seniores da 3ª Série</i>	55
Atualização do Valor das Cotas	55
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	56
Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série	56
<i>Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série</i>	56
<i>Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série</i>	56
<i>Outras Informações Sobre as Amortizações e o Resgate das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série</i>	57
Amortização Compulsória	57
RESERVAS E ÍNDICES	57
Reserva de Pagamento	58
Reserva de Liquidez	58
Reserva de Despesas e Encargos	59

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	
E DAS COTAS DE CADA CLASSE	59
Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos	59
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	61
Competência	61
Procedimento de Convocação	62
Nomeação de Representante dos Cotistas	62
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	63
Deliberações Especiais.....	63
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral	64
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	64
Eventos de Avaliação	64
Eventos de Liquidação Antecipada	67
Procedimentos de Liquidação Antecipada	68
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	69
Despesas e Encargos do Fundo	70
Informações Obrigatórias e Periódicas	71
Publicações.....	72
Atendimento aos Cotistas	72
DIREITOS CREDITÓRIOS	73
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	74
Natureza e Processo de Origem	74
Documentos da Operação.....	74
Liquidação ou Amortização Antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos	74
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS DEVEDORES PELO BANCO BMG	74
COBRANÇA DOS DIREITOS	75
Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Decorrentes de Empréstimos	
Concedidos a Devedores, Inclusive Inadimplentes	75
PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG	76
Níveis de Concentração dos Direitos Creditórios	76
Inadimplimentos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos à Carteira do Banco BMG	76
Inadimplimentos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos	78
PRAZOS DE VENCIMENTO, VOLUME FINANCEIRO, PERÍODO	
DE AMORTIZAÇÃO E TAXA DE JUROS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	79
DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTE	
ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA	80
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES	
DE CRÉDITO CONSIGNADO.....	81
CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO	82
ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO ..	82
Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica	
e Fundacional do Poder Executivo da União	82
Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional	
do Poder Executivo de Estados e Municípios Conveniados.....	83
Militares das Forças Armadas	83
PRESTADORES DE SERVIÇOS	85
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	86
Histórico e Atividades	86
Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora	86
Remuneração da Instituição Administradora	88
Substituição e Renúncia da Instituição Administradora	88
Contratação de Terceiros	89
GESTORA	89
Histórico e Atividades	89
Responsabilidades	90
Substituição da Gestora	90

CUSTODIANTE, CONTROLADOR E ESCRITURADOR DE COTAS	91
Histórico e Atividades	91
<i>Fundos de Investimento em Direitos Creditórios</i>	91
<i>Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento</i>	92
Remuneração do Custodiante	92
Responsabilidades	92
Substituição do Custodiante	93
FIEL DEPOSITÁRIO E AGENTE DE COBRANÇA	93
Substituição do Fiel Depositário e Agente de Cobrança	93
INSTITUIÇÃO LÍDER	94
AUDITOR	94
Remuneração do Auditor	94
Responsabilidades	94
Substituição do Auditor	94
AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS DE RISCO	94
Remuneração da Agência Classificadora de Risco	94
Responsabilidades	95
Substituição da Agência	95
TAXAS	95
<u>SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES</u>	96
CONTRATO DE CUSTÓDIA	97
CONTRATO DE CESSÃO	97
CONTRATO DE GESTÃO	98
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	98
CONFLITOS DE INTERESSE E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATUAIS	
ENTRE AS PARTES	98
<u>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO</u>	100
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO	101
IOF/Títulos	101
Imposto de Renda	101
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO	101
IOF/Títulos	101
Imposto de Renda	101
<i>Cotistas Residentes no Brasil</i>	102
<i>Cotistas Residentes no Exterior</i>	102
IOF/Câmbio	103
<u>INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE</u>	104
HISTÓRICO	105
NEGÓCIOS DO BANCO BMG	106
ESTRATÉGIA	107
VANTAGENS COMPETITIVAS.....	108
EXPERIÊNCIAS PRÉVIAS DO BANCO BMG EM SECURITIZAÇÃO	110
ANEXOS	
ANEXO I - Regulamento Consolidado do Fundo e Suplementos	112
ANEXO II - Contrato de Cessão.....	192
ANEXO III - Demonstrações Financeiras do Banco BMG Relativas a 30 de Junho de 2010 e 2009	224
ANEXO IV – Relatório da Agência Classificadora Standard & Poor's	294

GLOSSÁRIO

Para os fins deste Prospecto adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente documento:

“Agência Classificadora de Risco”	Standard & Poor’s, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores da 2ª e da 3ª Série.
“Agente de Cobrança”	Agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos, função que será inicialmente exercida pelo Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança.
“Alocação Mínima”	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido a ser mantido em Direitos Creditórios.
“Amortização Compulsória”	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (a) à Relação Mínima e/ou (b) à Alocação Mínima.
“ANBIMA”	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
“Aprovação da Modificação”	Aprovação pela CVM em 14 de abril de 2011 da modificação da Oferta, no que tange à elevação da remuneração das Cotas Seniores da 2ª Série e das Cotas Seniores da 3ª Série, e da prorrogação do prazo da Oferta por 90 (noventa) dias.
“Assembleia Geral”	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
“Ativos Financeiros”	Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou títulos de emissão do Banco Central do Brasil e/ou créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e/ou derivativos e operações compromissadas.

“Aviso de Desenquadramento”	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Cedente na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, na forma do Anexo V do Regulamento.
“Banco BMG”	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74.
“Bradesco”	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.
“Cedente”	Banco BMG.
“Classe Mezanino”	Cotas Subordinadas Mezanino.
“Classe Junior”	Cotas Subordinadas Junior.
“CMN”	Conselho Monetário Nacional.
“CNPJ”	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
“COFINS”	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
“Condições de Cessão”	Condições para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, a serem verificadas pelo Cedente, conforme estabelecido na cláusula 11 do Regulamento.
“Consignantes”	<p>a) Prefeituras municipais de (i) São Paulo, (ii) Rio de Janeiro, (iii) Belo Horizonte, (iv) Fortaleza, (v) Belém, (vi) Porto Alegre e (vii) São Luís;</p> <p>b) Governos dos Estados de (i) Santa Catarina, (ii) Paraná, (iii) Minas Gerais, (iv) Rio de Janeiro, (v) Goiás, (vi) Mato Grosso, (vii) Tocantins, (viii) Amazonas, (ix) Amapá, (x) Rondônia, (xi) Maranhão, (xii) Paraíba, (xiii) Pernambuco e (xiv) Bahia;</p> <p>c) Ente público contratante de Servidores Federais Civis;</p>

d) Ente público contratante de Servidores Federais Militares (Forças Armadas);

e) Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; e

f) Rioprevidência - Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro.

“Contrato de Cessão”

Contrato celebrado entre o Fundo e o Cedente no qual estão estabelecidas as condições de cessão dos Direitos Creditórios.

“Contrato de Custódia”

Contrato firmado entre a Instituição Administradora e o Custodiante, que contém descrição dos serviços de custódia e controladoria a serem prestados pelo Custodiante ao Fundo.

“Contrato de Distribuição”

Contrato de Distribuição celebrado entre o Fundo, a Instituição Administradora e a Instituição Líder.

“Contrato de Gestão”

Contrato de prestação de serviços de gestão de carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e a Gestora.

“Convênio de Cobrança”

Convênio celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência anuência do Custodiante, no qual, entre outras, estão estabelecidas as condições da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em relação aos quais os Devedores estejam inadimplentes, a serem exercidas pelo Agente de Cobrança.

“COSIF”

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil, o qual tem por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro e também a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem, com

	fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros.
“Cotas”	Em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
“Cotas Seniores”	As Cotas que não se subordinam às demais Cotas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
“Cotas Seniores da 2ª Série”	As Cotas Seniores da 2ª Série da 1ª Emissão do Fundo.
“Cotas Seniores da 3ª Série”	As Cotas Seniores da 3ª Série da 1ª Emissão do Fundo.
“Cotas Subordinadas”	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
“Cotas Subordinadas Mezanino”	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Junior.
“Cotas Subordinadas Junior”	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
“Cotistas”	Tanto o titular de Cotas Seniores como o titular de Cotas Subordinadas, sem distinção.
“Cotistas Dissidentes”	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembleia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo.
“Cotistas Seniores”	Cotistas detentores de Cotas Seniores.
“Critérios de Elegibilidade”	Critérios para seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificados pelo Custodiante, estabelecidos na cláusula 10 do Regulamento.

“CSLL”	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
“Custodiante”	Bradesco.
“CVM”	Comissão de Valores Mobiliários.
“CETIP”	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sociedade administradora de mercados de balcão organizados.
“Data de Amortização”	Data de amortização das Cotas, conforme condições previstas no Suplemento da respectiva Série e no Regulamento.
“Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 2ª Série”	Data da primeira subscrição e integralização das Cotas Seniores da 2ª Série.
“Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série”	Data da primeira subscrição e integralização das Cotas Seniores da 3ª Série.
“Data de Verificação”	Data de apuração obrigatória dos Limites de Concentração e demais índices do Fundo, que sempre será o último Dia Útil de cada mês.
“Devedor” ou “Devedores”	Qualquer pessoa, servidor público ou pensionista, que recebe pagamentos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, que também seja devedor do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Cedente e parcialmente ou integralmente cedidos ao Fundo.
“Dia Útil”	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional.
“Direitos Creditórios”	Direitos de crédito oriundos dos contratos de empréstimo, com consignação em folha de pagamento ou remuneração, celebrados entre o Cedente e os Devedores.
“Direitos Creditórios Cedidos”	Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo Cedente.
“Disponibilidades”	Recursos em caixa ou ativos de liquidez diária.
“Distribuidores”	A Instituição Líder e as demais instituições que

	eventualmente venham a ser contratadas para participar da distribuição das Cotas objeto desta Oferta.
“Documentos Comprobatórios”	São os seguintes documentos: (a) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de instrumento constitutivo de garantia; (b) autorização impressa para desconto em folha; e (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de pensionista ou servidor público, bem como a existência de margem consignável.
“Emissão”	A presente 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série do Fundo.
“Eventos de Avaliação”	Eventos definidos no Regulamento do Fundo cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a fim de deliberar se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.
“Eventos de Liquidação Antecipada”	Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
“FBPP”	Família Bandeirante Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Matias Cardoso, nº 63, salas 305 a 308, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.874.219/0001-77.
“Fundo”	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII.
“Gestora”	Integral Investimentos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 8662, de 21 de fevereiro

	de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.576.569/0001-86, responsável pela gestão da carteira do Fundo.
“INSS”	Instituto Nacional do Seguro Social.
“Instituição Administradora”	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede social na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob no 00.066.670/0001-00.
“Instituição Líder”	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrição no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74.
“Instituições Autorizadas”	(a) Banco do Brasil S.A., (b) Banco Bradesco S.A., (c) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., (d) Banco Santander (Brasil) S.A.; (e) Banco Safra S.A.; (f) Banco Citibank S.A.; e (g) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; ou (h) outras instituições que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco.
“Investidores Autorizados”	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.
“IOF”	Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
“IRPJ”	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
“Limites de Concentração”	Limites mínimos e máximos de concentração por Consignante que devem ser observados pelo Fundo para aquisição de Direitos Creditórios, definidos no Anexo II do Regulamento.
“Montante Mínimo”	A Oferta poderá ser concluída desde que haja colocação de um montante mínimo equivalente a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em

	relação a cada uma das Séries.
“Oferta”	A presente oferta das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série da 1ª Emissão do Fundo.
“Patrimônio Líquido”	Patrimônio líquido do Fundo, correspondente ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes a despesas, encargos e provisões referidas no Regulamento.
“Partes Relacionadas”	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (a) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (c) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (d) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
“Prospecto”	O presente prospecto de distribuição da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série do Fundo.
“Regulamento”	Regulamento do Fundo.
“Regime de Administração Especial Temporária”	Regime especial para administração de instituições financeiras, decretado pelo Banco Central do Brasil na forma regulada pelo Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.
“Relação Mínima”	Relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 120,48% (cento e vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).
“Reserva de Despesas e Encargos”	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
“Reserva de Liquidez”	Soma equivalente a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido (ou porcentagem maior, se assim for definido pela Instituição Administradora), que deverá ser mantida em Disponibilidades.
“Reserva de Pagamento”	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.

“Série” ou “Séries”	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento.
“Suplemento”	Documento que contém as características de cada emissão de Cotas Subordinadas Mezanino e de cada Série de Cotas Seniores que venham a ser emitida pelo Fundo.
“Taxa de Administração”	Taxa devida à Instituição Administradora nos termos previstos neste Prospecto.
“Termo de Cessão”	Documento, cujo modelo consta como Anexo I ao Contrato de Cessão, que formaliza a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.
“Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento”	Termo que deve ser assinado pelo condômino do Fundo por ocasião da subscrição de Cotas, por meio do qual o futuro Cotista declara (a) sua adesão aos termos do Regulamento; (b) recebimento do Prospecto; e (c) total ciência dos riscos que envolvem o investimento no Fundo.
“Taxa DI”	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES E DO AUDITOR

Instituição Líder	Banco BMG S.A. Avenida Álvares Cabral, nº 1707 Belo Horizonte - MG At.: Sr. Jose Eustáquio Torres / Sr. Jacques Rodarte Telefone: (31) 3290-3322 Fax: (31) 3290-3166 www.bancobmg.com.br Correio eletrônico: jet@bancobmg.com.br/ jacques.rodarte@bancobmg.com.br
Instituição Administradora	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Cidade de Deus, Prédio Prata, s/nº 4º andar, Vila Yara Osasco – SP At.: Sr. Fabiano Bottignon Kosaka Telefone: (11) 3684-9431 www.bemdtvm.com.br Correio eletrônico: 4010.kosaka@bradesco.com.br
Gestora	Integral Investimentos S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar São Paulo – SP At.: Sr. Bruno Amadei Junior / Sr. Marcelo Giraudon Telefone: (11) 3103-9999 Fax: (11) 3103-9992 www.integralinvest.com.br Correio eletrônico: brunoajr@integralinvest.com.br / marcelo@integralinvest.com.br
Custodiante e Escriturador das Cotas	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara Osasco– SP At.: Sr. Fabiano Bottignon Kosaka Telefone: (11) 3684-9431 www.bradescocustodia.com.br Correio eletrônico: 4010.kosaka@bradesco.com.br
Consultor Legal	Perlman Vidigal Advogados Rua Padre Garcia Velho, nº 73, cj. 42 São Paulo - SP At.: Sr. Rubens Vidigal Neto Telefone: (11) 3093-8333 Fax: (11) 3093-8330 www.perlmandivigal.com.br Correio eletrônico: rubens@perlmanvidigal.com.br

Auditor**KPMG Auditores Independentes**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33

São Paulo - SP

At.: Sr. Pedro Zago

Telefone: (11) 3067-3000

Fax: (11) 3079-3752

www.kpmg.com.br

Correio eletrônico: pzago@kpmg.com.br

Entidade Reguladora**Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, nº 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares - Centro

Rio de Janeiro – RJ

Telefone e Fax: (21) 3233-8686

www.cvm.gov.br

**Mercado de Negociação
Primária e Secundária****CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

A Instituição Líder, por meio de seu diretor responsável, Sr. Ricardo Gelbaum, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declara que tomou todas as precauções e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) todas as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Instituição Líder declara também que o prospecto da Oferta (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e que (b) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, os riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor responsável, Sr. Andre Bernardino da Cruz Filho, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03, considerando que determinados documentos e informações foram disponibilizados à Instituição Administradora pela Gestora, Custodiante e/ou pela instituição intermediária da distribuição de cotas do Fundo, declara que: (a) este Prospecto de distribuição pública de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série do Fundo (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes sobre a Oferta das Cotas, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série do Fundo pela Instituição Líder. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.

Emissor das Cotas	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII
Forma de Constituição	Condomínio fechado.
Instituição Líder	Banco BMG S.A.
Gestora	Integral Investimentos S.A.
Regime de Distribuição	Instrução CVM nº400/03, com melhores esforços.
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco BMG S.A.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito oriundos dos contratos de empréstimo, com consignação em folha de pagamento ou remuneração, celebrados entre o Cedente e os Devedores.
Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores da 2ª Série	Emissão de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores da 3ª Série	Emissão de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Montante Mínimo da Oferta de Cotas Seniores da 2ª Série	Caso o Montante Mínimo de 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 2ª Série não seja colocado pelos Distribuidores no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição da Oferta, prorrogado por mais 90 (noventa) dias, conforme autorização concedida pela CVM em 14 de abril de 2011, a Instituição Líder poderá cancelar a Oferta, com a consequente devolução aos

respectivos investidores dos valores eventualmente pagos a título de integralização de Cotas.

Montante Mínimo da Oferta de Cotas Seniores da 3ª Série

Caso o Montante Mínimo de 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 3ª Série não seja colocado pelos Distribuidores no prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição da Oferta, prorrogado por mais 90 (noventa) dias, conforme autorização concedida pela CVM em 14 de abril de 2011, a Instituição Líder poderá cancelar a Oferta, com a consequente devolução aos respectivos investidores dos valores eventualmente pagos a título de integralização de Cotas.

Valor Mínimo de Aplicação em Cotas Seniores

R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Emissão de Cotas Subordinadas

Emissão de Cotas Subordinadas suficientes à manutenção do enquadramento da Relação Mínima. As Cotas Subordinadas não serão objeto da presente Oferta.

Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 2ª Série

As Cotas Seniores da 2ª Série foram corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 2ª Série, que ocorreu em 8 de novembro de 2010, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 7,85% (sete inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 2ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 18 de abril de 2011, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano.

Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 3ª Série

As Cotas Seniores da 3ª Série foram corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 3ª Série, que ocorreu em 23 de novembro de 2010, por 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI. Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 3ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir primeiro dia útil subsequente à data de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 18 de abril de 2011, por 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada da Taxa DI.

Amortizações das Cotas Seniores da 2ª Série

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 2ª Série, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 2ª Série serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização das Cotas Seniores da 2ª Série” abaixo.

Amortizações das Cotas Seniores da 3ª Série

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 3ª Série serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização das Cotas Seniores da 3ª Série” abaixo.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Mezanino, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Relação Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima. Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme orientação da Gestora, pela realização da Amortização Compulsória, o valor referente a tal amortização será definido de forma que seja suficiente para enquadrar o Fundo nos índices e limites previstos no Regulamento. Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional aos seus respectivos investimentos no Fundo.

Prazo de Duração do Fundo

O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar da primeira integralização de Cotas, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora.

Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série

As Cotas Seniores da 2ª Série somente serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 2ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série

As Cotas Seniores da 3ª Série somente serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 3ª

Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Publicações

Todas as publicações mencionadas neste Prospecto e no Regulamento serão realizadas no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Destinação dos Recursos

Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos de créditos consignados do Banco BMG a Devedores.

Mercado onde as Cotas Seniores serão negociadas

As Cotas Seniores são negociadas na CETIP.

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 2ª Série

brAAA (sf)

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 3ª Série

brAAA (sf)

Custodiante

Banco Bradesco S.A.

Auditor

KPMG Auditores Independentes

Público Alvo

Investidores Autorizados, conforme definidos neste Prospecto.

Agência Classificadora de Risco

Standard & Poor's

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto a aquisição de Direitos Creditórios. O Fundo pode manter o remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente, em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; (c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e/ou (d) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (a) e (b) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições que pertençam ao grupo econômico das Instituições Autorizadas. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série, deve ler cuidadosamente a subseção “Política de Investimento”, na página 46 deste Prospecto.

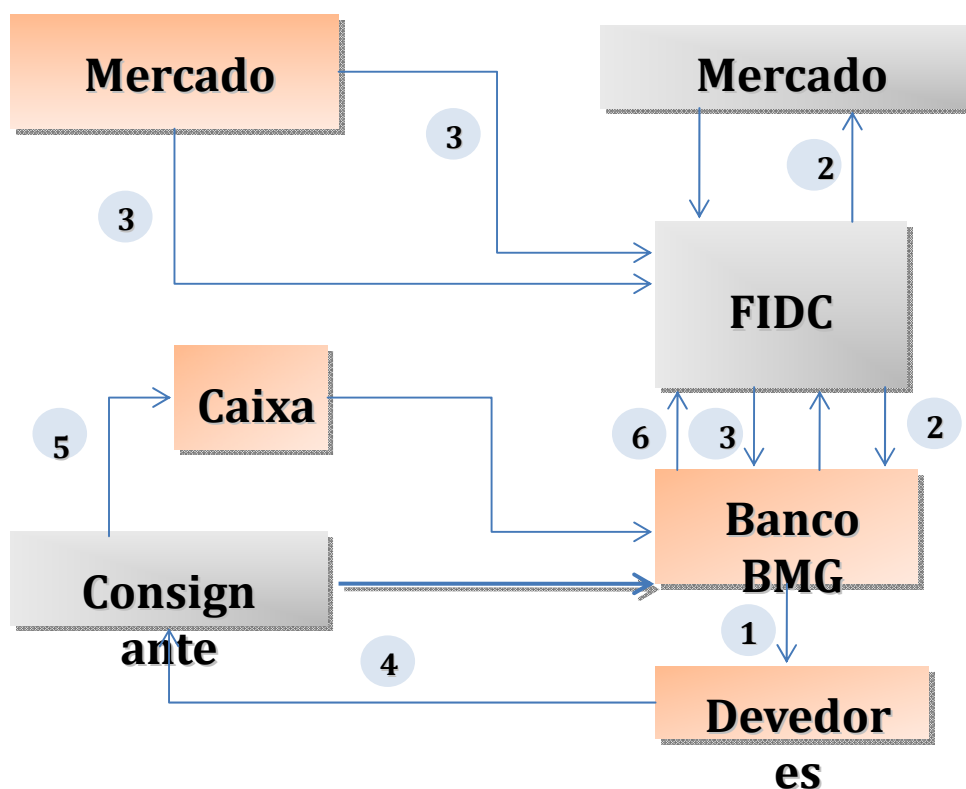
O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação ou na última data de resgate, conforme Suplemento, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral de Cotistas, conforme disposto na subseção “Amortização das Cotas” na página 56 deste Prospecto.

O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora.

O Fundo conta com diversos mecanismos para análise e manutenção de sua performance ao longo de seu prazo de duração, tais como reservas e índices. Maiores informações sobre tais mecanismos podem ser obtidas na subseção “Reservas e Índices” na página 57 deste Prospecto.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está submetida a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, na página 35 deste Prospecto, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Fluxograma da Securitização



1. O Banco BMG concede empréstimos a Devedores, constituindo Direitos Creditórios.

2.0 Fundo capta recursos por meio da emissão e subsequente subscrição e integralização, por investidores, de suas Cotas. As Cotas Seniores são destinadas exclusivamente a Investidores Autorizados, sendo colocadas publicamente pelo Banco BMG e outras instituições eventualmente contratadas para a realização dessa atividade.

3.0 Fundo adquire Direitos Creditórios e outros ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima. O preço de cessão dos Direitos Creditórios é definido conforme descrito na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” deste Prospecto.

4. Os Consignantes descontam da folha de pagamento dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes às parcelas dos empréstimos vencidas no período.

5. Os valores descontados são repassados ao Agente de Cobrança por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Agente de Cobrança pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias.

6. O Agente de Cobrança repassa ao Fundo os valores decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.

Público Alvo

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados os investidores qualificados assim definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, que considera como investidores qualificados:

- a) instituições financeiras;
- b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Autorizados outros investidores eventualmente autorizados pela regulamentação aplicável a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

O Fundo visa a atingir Investidores Autorizados, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar

os riscos inerentes à aplicação nas Cotas, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

CONDIÇÕES DA OFERTA

A Oferta

As Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, conforme alterada. A Oferta será conduzida pelos Distribuidores, que compreendem a Instituição Líder e outras instituições que eventualmente venham a ser contratadas para participar da distribuição das Cotas objeto desta Oferta. Relação completa e atualizada dos Distribuidores pode ser obtida junto à Instituição Administradora.

Registro da Oferta

A Oferta das Cotas Seniores da 2ª Série foi registrada na CVM em 22 de outubro de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/029, e a Oferta das Cotas Seniores da 3ª Série foi registrada na CVM em 22 de outubro de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/030, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, e da Instrução CVM nº 400/03, conforme alteradas.

Quantidade de Cotas Seniores da 2ª Série

A Oferta compreende o total de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 2ª Série e no máximo 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores da 2ª Série.

Quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série

A Oferta compreende o total de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 3ª Série e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 3ª Série.

Preço de Emissão das Cotas Seniores da 2ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 2ª Série foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por cota, na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 2ª Série, totalizando o montante de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 2ª Série estão descritos no item “Condições da Oferta - Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série” abaixo.

Preço de Emissão das Cotas Seniores da 3ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 3ª Série foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por cota, na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 3ª Série, totalizando o montante de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 3ª Série estão descritos no item “Condições da Oferta - Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série” abaixo.

Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série

Os Distribuidores colocarão publicamente junto aos Investidores Autorizados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços, (a) de 10.000 (dez mil) a 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores da 2ª Série, no valor total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 2ª Série; e (b) de 10.000 (dez mil) a 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 3ª Série, no valor total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 3ª Série.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- a) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Séries somente terá início após (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a disponibilização deste Prospecto ao público; e (iii) a publicação do Anúncio de Início;
- b) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 2ª e 3ª Séries no âmbito da Oferta, aos Distribuidores, a qualquer momento durante o prazo de colocação; a subscrição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Séries será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- c) a colocação será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado, por meio da CETIP, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- d) a colocação visará exclusivamente a Investidores Autorizados;
- e) a integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de assinatura do respectivo boletim de subscrição;
- f) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Séries será de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, prorrogado por mais 90 (noventa) dias, conforme autorização concedida pela CVM em 14 de abril de 2011;
- g) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série; e

- h) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Fundo autorizou a Instituição Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo a Instituição Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

Nº.	Evento	Data*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	01/10/2010
2.	Disponibilização do Prospecto no <i>site</i> da Instituição Administradora e da Instituição Líder	01/10/2010
3.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	08/10/2010
4.	Publicação do Anúncio de Início	13/10/2010
5.	Aprovação da Modificação e prorrogação da Oferta	14/04/2011
6.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	22/07/2011

**Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Distribuidores.*

Melhores Esforços

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, sem garantia firme.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sériesomente terão início após:

- a) o registro da Oferta na CVM;
- b) a publicação do Anúncio de Início; e
- c) a divulgação deste Prospecto aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sériedeverá ser efetuada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início, prorrogado por mais 90 (noventa) dias, conforme autorização concedida pela CVM em 14 de abril de 2011. A Oferta da 2ª ou 3ª Sérieserá encerrada com a colocação da totalidade das Cotas Senioresda respectiva Série, ou por decisão da Instituição Líder, com o cancelamento do eventual saldo não colocado.

Caso o Montante Mínimo de Cotas Seniores da 2ª Série, de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o Montante Mínimo de Cotas Seniores da 3ª Série, de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), não sejam colocados no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias acima referido, a Oferta de Cotas Seniores da respectiva Série será cancelada, com a consequente devolução aos investidores dos valores eventualmente já pagos a título de integralização das Cotas, nos termos previstos na subseção “Devolução e reembolso aos investidores”, abaixo. Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Frise-se que a Instituição Líder deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores serão publicados no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente (a) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta; ou (b) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de avisos nos mesmos jornais utilizados para a publicação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A

Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do Contrato de Distribuição. Neste caso, o Fundo deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sériesubscritas: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta

Caso a Oferta não seja finalizada por qualquer motivo, inclusive por conta da não colocação do Montante Mínimo dentro prazo da Oferta, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando porém estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos os encargos e tributos devidos.

Para as restituições referidas acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Senioresda 2ª e 3ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série devem contatar os Distribuidores e tomar as providências por eles definidas.

As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota Sênior da 2ª e 3ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série, o investidor (a) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelos Distribuidores; e (b) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (i) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento.

As Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. A integralização das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sérieserá efetuada por meio e de

acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, cabendo aos Distribuidores assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série.

As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por investidor.

A totalidade das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série será colocada publicamente pelos Distribuidores sob o regime de melhores esforços.

A colocação das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série será realizada exclusivamente pelos Distribuidores.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 2ª Série

As Cotas Seniores da 2ª Série foram corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 2ª Série, que ocorreu em 8 de novembro de 2010, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 7,85% (sete inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme fórmula abaixo. Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 2ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 18 de abril de 2011, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)^{\frac{1}{dum}} \times (1 + TAXA)^{\frac{1}{252}} \right]$$

Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Sênior da 2ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Sênior da 2ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

ACOMP_{t-1} = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

IPCA = Variação percentual mensal do IPCA/IBGE, referente ao mês vigente; ou no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANDIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial.

dum = número de dias úteis do mês vigente.

TAXA = taxa de juros equivalente a 7,85% (sete inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) entre a Data de Subscrição Inicial das Cotas da 2ª Série e adata de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 15 de abril de 2011, e a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 18 de abril de 2011.

Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 3ª Série

As Cotas Seniores da 3ª Série foram corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 3ª Série, que ocorreu em 23 de novembro de 2010, por 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI, conforme fórmula abaixo. Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 3ª Série serão remuneradas, a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 18 de abril de 2011, por 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada da Taxa DI:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Sênior da 3ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data “t”;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Sênior da 3ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data “t - 1”;

ACOMP_{t-1} = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data “t - 1”, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data “t - 1”, se houver;

FatorCap_t = fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem “t”, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo “t”; e

S = sobretaxa, sendo igual a 115 (cento e quinze) entre a Data de Subscrição Inicial das Cotas da 3ª Série e adata de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 15 de abril de 2011, e a 120 (cento e vinte) a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento do ofício de Aprovação da Modificação, ou seja, 18 de abril de 2011.

Negociação das Cotas

As Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sérieserão admitidas à negociação no Sistema de Fundos Fechados - SFF da CETIP.

Na hipótese de negociação das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sérieserão operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação de Investidor Autorizado do investidor que estiver adquirindo tais Cotas Seniores.

Possibilidade de Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos Creditórios

O pagamento de Direitos Creditórios com atraso pode levar à incidência de juros de mora e das multas pactuadas no empréstimo. É possível, por conta disso, que o Fundo venha a receber, por determinado Direito Creditório, valor maior que o contabilizado. Essa é a única hipótese de acréscimo aos valores originalmente devidos. O atraso no recebimento de recursos poderá afetar negativamente a liquidez do Fundo, podendo, inclusive, dificultar o pagamento das obrigações correntes ou mesmo das amortizações. Por outro lado, o recebimento de referidos acréscimos poderá elevar a rentabilidade do Fundo.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor contábil de tal crédito no Fundo. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a prioridade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Além disso, caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos, no momento em que foi realizada a cessão, não se enquadrava às Condições de Cessão, identificadas na subseção “Condições de Cessão” deste Prospecto, a cessão de tal Direito Creditório será prontamente resolvida, devendo o Cedente pagar ao Fundo o valor do Direito Creditório respectivo, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

Na hipótese de vencimento antecipado do Fundo, a recompra poderá, eventualmente, ser realizada por valor inferior ao contábil dos Direitos Creditórios, o que poderia gerar prejuízo para os Cotistas. Nas demais hipóteses, de acordo com a atual estrutura contratual do Fundo, a recompra ou a remoção será realizada, no mínimo, pelo valor contábil dos Direitos Creditórios recomprados, removidos ou substituídos, não havendo, portanto, risco de impacto na rentabilidade do Fundo.

Não obstante, sucessivas recompras ou remoções de Direitos Creditórios podem impactar o Fundo, aumentando sua liquidez, uma vez que antecipam o cronograma de recebimento de recursos dos Direitos Creditórios. Em caso de inexistência de volume de Direitos Creditórios passíveis de aquisição para fazer frente ao excesso de liquidez do Fundo, poderá haver desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, levando à convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada. Não ocorreu e nem há previsão de que venha a ocorrer a permuta de Direitos Creditórios entre o Fundo e o Cedente.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 2ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,04%
Agência Classificadora de	18.000,00	0,01%

Risco		
Assessores legais	25.500,00	0,01%
Impressões, publicações e material publicitário	15.000,00	0,01%
Total	141.370,00	0,07%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	141.370,00
Número mínimo de Cotas Seniores da 2ª Série	10.000
Número máximo de Cotas Seniores da 2ª Série	200.000
Custo da Oferta por Cota Sênior da 2ª Série	0,707
Custo percentual unitário de Cota Sênior da 2ª Série	0,071%

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,04%
Agência Classificadora de Risco	18.000,00	0,01%
Assessores legais	25.500,00	0,01%
Impressões, publicações e material publicitário	15.000,00	0,01%
Total	141.370,00	0,07%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	141.370,00
Número mínimo de Cotas Seniores da 3ª Série	10.000
Número máximo de Cotas Seniores da 3ª Série	100.000
Custo da Oferta por Cota Sênior da 3ª Série	1,414
Custo percentual unitário de Cota Sênior da 3ª Série	0,141%

FATORES DE RISCO

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

Riscos de Mercado

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que compõem a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores ou para as Cotas Subordinadas Mezanino podem ter como parâmetro outras taxas, como a Taxa – DI. Assim, nas hipóteses de (a) aumento substancial de tais taxas; e/ou (b) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Riscos de Crédito

Ausência de Garantias

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Cedente ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, a Gestora, o Cedente ou o Custodiante prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Risco de Concentração em Títulos Públicos

É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 (noventa dias) dias de funcionamento, até 100% (cem por cento) de ativos emitidos pelo Tesouro Nacional, ou emitidos pelo Banco Central do Brasil. Após os referidos 90 (noventa) dias, o investimento nos mencionados títulos poderá representar percentual menor que 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrar seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, por exemplo. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

Desligamento do Devedor

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são descontados pelo respectivo Consignante dos vencimentos dos Devedores. O desconto não será possível caso o Devedor se desligue de seu cargo, função ou emprego. Nessas hipóteses, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, a Instituição Administradora deverá incorrer em procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados aos da consignação em folha de pagamento. Essa dificuldade de cobrança dos Direitos Creditórios poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Morte do Devedor

A morte do Devedor interrompe automaticamente a consignação em folha das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.

Decisão Judicial Desfavorável

A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Nesses casos, é possível que o Fundo não consiga receber o montante devido, ou receba somente com atraso. Esse fato também pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Cobrança Judicial e Extrajudicial

No caso de os Devedores não cumprirem suas obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

Crêterios Adotados pelo Cedente para Concessão dos Empréstimos

De acordo com a legislação aplicável, a concessão de crédito consignado será feita a critério da instituição financeira mutuante, sendo os valores e demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições legais pertinentes. A existência de diferentes critérios adotados na concessão dos empréstimos pelo Cedente aos mutuários, sem que haja um parâmetro pré-estabelecido, representa um risco adicional para o Fundo, podendo impactar negativamente no seu resultado.

Risco Proveniente do Uso de Derivativos

Oscilações no Patrimônio do Fundo

A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas, bem como na necessidade de aporte adicional de recursos por parte dos Cotistas na hipótese de variação negativa do Patrimônio Líquido.

Risco de Liquidez

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Séries e as Cotas Subordinadas Mezanino s  poderão ser resgatadas ao término do respectivo prazo de duração. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de Cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Adicionalmente, em razão de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado os Cotistas não terão liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (a) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais; ou (b) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perdas se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado

ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo; (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (c) ao resgate de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco de Descontinuidade

Recebimento Antecipado de Valores

A amortização das Cotas dar-se-á na forma estabelecida no Suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como a Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores de forma antecipada, o que eventualmente pode frustrar a expectativa inicial do investidor. Ademais, ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, pode não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (a) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (b) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

Risco do Cedente

Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios

O Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento do Fundo, inclusive em volume suficiente para alcançar a remuneração das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o Suplemento de cada Série, bem como à vontade unilateral do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente

O Cedente foi contratado para realizar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo que os recursos serão depositados no Cedente e transferidos para o Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis do respectivo recebimento. Na hipótese de intervenção ou liquidação do Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

Efeitos da Política Econômica do Governo

O Fundo, seus ativos, e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal, que intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os ativos financeiros do Fundo, bem como a originação e o pagamento dos Direitos Creditórios e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (a) alterações na inflação; (b) alterações nas taxas de juros; (c) alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ao crédito consignado; (d) alterações na política fiscal; e (e) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Repasse do Consignante

Os empréstimos são pagos por meio de consignação em folha realizada pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante atrase ou não pague os vencimentos dos Devedores, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente os vencimentos ou benefícios aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Interrupção da Prestação de Serviços de Agente de Cobrança

O Cedente foi contratado, nos termos do Convênio de Cobrança, para efetuar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos. Caso, por qualquer motivo, o Cedente deixe de prestar esses serviços, tanto a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, como o repasse dos respectivos montantes ao Fundo ficariam prejudicados enquanto não fosse contratado novo agente de cobrança. Não obstante, mesmo com a contratação de um novo agente de cobrança, nada garante que a sistemática de cobrança adotada seja tão eficiente quanto a consignação em folha. Além disso, poderá haver aumento de custos do Fundo com contratação desse serviço. Quaisquer desses fatos poderiam afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Falhas do Agente de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes depende da atuação diligente do Agente de Cobrança e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança e de agentes subcontratados poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

Guarda da Documentação

O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pelo Cedente poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos. O Custodiante e a Instituição Administradora não poderão ser responsabilizados por eventuais problemas com a constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos em decorrência da guarda dos documentos pelo Cedente.

Falhas no Sistema do Consignante

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao Agente de Cobrança são processados por sistema interno de controle do Consignante, não tendo o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema do Consignante poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Devedores, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados.

Outros Riscos

Rompimento dos Convênios

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre os Consignantes e a FBPP, em se tratando de empréstimos concedidos a Devedores vinculados a órgãos federais, ou entre o Cedente e os demais Consignantes, em se tratando dos demais casos de empréstimos concedidos a Devedores. O Cedente e a FBPP, em caráter especial, devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos como, por exemplo, alterações das normas autorizadas da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em folha de

pagamento for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.

Intervenção ou Liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Risco de Concorrência

O mercado de empréstimo com consignação em folha de pagamento vem se expandindo de forma significativa nos últimos anos, o que levou ao correspondente aumento de instituições que passaram a atuar nesse segmento. É possível que os concorrentes do Cedente, por diversos motivos, ofereçam condições e taxas mais vantajosas para esse produto. Se isso ocorrer, poderia haver migração da clientela do Cedente para instituições concorrentes, o que poderia levar à liquidação antecipada de parte dos contratos de empréstimo já existente, e/ou à redução do número de empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Cedente. A redução da clientela poderia resultar em quantidade insuficiente de Direitos Creditórios elegíveis para a manutenção da Alocação Mínima do Fundo, podendo ocasionar sua liquidação antecipada. Além disso, também em virtude da concorrência, é possível que o Fundo tenha que reduzir as taxas cobradas nos empréstimos com consignação em folha. Se essa redução for significativa, a rentabilidade do Fundo seria afetada negativamente.

Restrições de Natureza Legal ou Regulatória

Eventuais restrições de natureza legal ou regulatória podem afetar adversamente a validade da

constituição e cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, o comportamento dos Direitos Creditórios Cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

Risco de Pagamento Antecipado

Os Devedores têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela taxa de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada deverá ser absorvida pelo Cedente. Caso o Cedente não honre sua obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Ausência de Notificação aos Devedores

De início, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo não será informada aos Devedores por meio de notificação. Na hipótese de o Cedente deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento do Fundo, emitir novas Cotas ou Séries. Na hipótese de emissão de novas Cotas ou Séries, não será assegurado direito de preferência para os Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou Séries que já estejam em circulação na ocasião.

Fraude na Obtenção de Empréstimo

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de desconto em folha de pagamento. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo tomador do crédito tenha utilizado meio fraudulento para a sua obtenção, identificando-se falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros. Ocorrida essa hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Devedores lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago na aquisição dos Direitos Creditórios fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente pode demorar ou simplesmente não ocorrer. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

Auditoria por Amostragem

O Custodiante realizará a verificação da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Vícios Questionáveis

Os Direitos Creditórios Cedidos são originados de contratos celebrados entre o Cedente e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais os descritos na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita na seção “Política de Investimento” deste Prospecto, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. As aplicações nas Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série apresentam riscos para os Cotistas.

Ainda que a Instituição Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus Cotistas.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº2.907, de 29 de novembro de 2001, e pela Instrução CVM nº356/01, conforme alterada.

OBJETO

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, oriundos de operações de crédito consignado do Cedente a Devedores, nos termos da Política de Investimento descrita neste Prospecto.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação ou na última data de resgate de Cotas, conforme os Suplementos, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.

PRAZO DE DURAÇÃO

O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Cedente a Devedores, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em folha de pagamento ou de benefícios. Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, após o pagamento dos encargos, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro as taxas e índices previstos nos respectivos Suplementos. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Aplicação em Direitos Creditórios

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Cedente a Devedores, de acordo com os limites de concentração por Consignante indicados na subseção “Limites de Concentração” abaixo.

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- a) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de concessão de empréstimo, com taxas de juros prefixadas, celebrados entre o Cedente e os Devedores;
- b) os Direitos Creditórios devem ser devidos por Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- c) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos, não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série de Cotas Seniores emitida pelo Fundo;
- d) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais);
- e) os Direitos Creditórios tenham por Devedor pessoa com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; e
- f) a aquisição dos Direitos Creditórios não faça com que o Fundo se desenquadre em relação ao Limite de Concentração, identificado abaixo na subseção “Limites de Concentração”.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente.

Condições de Cessão

Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade acima, o Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às seguintes condições de cessão:

- a) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza;
- b) os Direitos Creditórios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem representar 1 (uma) ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- c) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha de pagamento do Devedor e repassada ao Cedente;
- d) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos originados pelo Cedente, de acordo com as políticas de cadastro e concessão de crédito por ele adotadas;

- e) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos que não contenham qualquer parcela inadimplida pelo Devedor;
- f) os Direitos Creditórios devem ter sido celebrados com mutuários que estejam integralmente adimplentes em relação às suas obrigações com o Cedente e o Fundo;
- g) os Direitos Creditórios não podem ser devidos por mutuários que sejam credores de Consignantes que estejam inadimplentes para com o Fundo em relação a repasses de descontos em folha de pagamento relativos a pagamentos de parcelas de Direitos Creditórios em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- h) o contrato de empréstimo que deu origem aos Direitos Creditórios deve ter prazo de vigência entre 6 (seis) e 72 (setenta e dois) meses;
- i) o pagamento das parcelas do contrato de empréstimo que deram origem aos Direitos Creditórios, em se tratando de empréstimo concedido a Devedores, deve ser efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- j) o Consignante deve ter convênio com o Cedente para realização do desconto de folha de pagamento ou de benefícios que esteja operacional por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses;
- k) os Direitos Creditórios devem ser constituídos de acordo com as formalidades exigidas pelas normas em vigor;
- l) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de empréstimo que tenham valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais); e
- m) os Direitos Creditórios oriundos de contratos de empréstimo celebrados com Devedores com idade superior a 60 (sessenta) anos na data da respectiva cessão não devem ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do total de Direitos Creditórios que serão cedidos em determinada data.

As condições de cessão acima descritas não consubstanciam critérios de elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

Limites de Concentração

A concentração de Direitos Creditórios por Consignante observará o quadro abaixo. O percentual mínimo deverá ser observado em relação à carteira de Direitos Creditórios Cedidos. Já o percentual máximo deverá ser observado em relação ao Patrimônio Líquido.

Consignante	Percentual mínimo	Percentual máximo
Servidores Federais Civis	25%	50%
Servidores Federais Militares (Forças Armadas)	5%	10%

Servidores Estaduais:		
Governo do Estado de Santa Catarina	0%	5%
Governo do Estado do Paraná	0%	5%
Governo do Estado de Minas Gerais	0%	10%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	0%	10%*
Governo do Estado de Goiás	0%	5%
Governo do Estado de Mato Grosso	0%	5%
Governo do Estado de Tocantins	0%	5%
Governo do Estado do Amazonas	0%	5%
Governo do Estado do Amapá	0%	5%
Governo do Estado de Rondônia	0%	5%
Governo do Estado do Maranhão	0%	5%
Governo do Estado da Paraíba	0%	5%
Governo do Estado de Pernambuco	0%	5%
Governo do Estado da Bahia	0%	5%
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	0%	5%
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência	0%	5%*
Servidores Municipais:		
Prefeitura de São Paulo	0%	10%
Prefeitura do Rio de Janeiro	0%	5%*
Prefeitura de Belo Horizonte	0%	5%
Prefeitura de Fortaleza	0%	5%
Prefeitura de Belém	0%	5%
Prefeitura de Porto Alegre	0%	5%
Prefeitura de São Luís	0%	5%

** Os Direitos Creditórios cujos Consignantes sejam o Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência, conjuntamente considerados, não poderão ser superiores a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.*

Os Limites de Concentração serão apurados mensalmente, no último Dia Útil de cada mês.

As parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

O remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser mantido em moeda corrente nacional e/ou aplicado exclusivamente em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e/ou
- d) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações

compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (a) e (b) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições que pertençam ao grupo econômico das Instituições Autorizadas.

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu Patrimônio Líquido, constituindo assim a Reserva de Liquidez. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento. Além disso, nos períodos que antecederem a cada amortização de Cotas programada, o Fundo deverá, conforme orientação da Gestora, interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e constituir a Reserva de Pagamento. A Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento encontram-se descritas na subseção “Reservas e Índices” abaixo.

Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo pode:

- a) realizar operações compromissadas; e
- b) realizar operações em mercados de derivativos.

Operações em Mercados de Derivativos

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e conforme orientação da Gestora, somente poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger as posições detidas à vista, até o limite destas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos somente poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob a modalidade “com garantia”; e/ou (b) diretamente na BM&FBovespa, sob a modalidade “com garantia”, desde que comunicada à Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar cópia dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo à Agência Classificadora de Risco.

Para efeito das operações referidas acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Requisitos de Diversificação

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos nas subseções “Critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios” e “Condições de Cessão” acima.

Direitos Creditórios Elegíveis

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, exclusiva e cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade mencionados da subseção “Critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios” acima.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente.

Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente estabelecido pelo Custodiante.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

É vedado ao Fundo realizar operações de (a) *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro; e (b) operações de renda variável.

A Gestora do Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, nos termos do artigo 21 e seguintes do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. A Gestora exercerá o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante do Fundo, no melhor interesse dos Cotistas e de acordo com seus deveres fiduciários, envidando seus melhores esforços para votar favoravelmente às deliberações em entenda sejam benéficas ou agreguem valor para os Cotistas. O inteiro teor da política de exercício do direito de voto da Gestora encontra-se disponível para consulta no seguinte *site*: www.integralinvest.com.br.

A GESTORA DESTE FUNDO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES E OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DA GESTORA EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES OS DIREITOS DE VOTO.

CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO

A contraprestação devida pelo Fundo pela cessão dos Direitos Creditórios será o menor entre os seguintes valores: (a) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de juros ponderada dos contratos que deram

origem aos Direitos Creditórios cedidos; e (b) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por taxa equivalente a 22% (vinte e dois por cento) ao ano.

ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ªSérie e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- c) reenquadramento das contas de Reserva de Pagamento, Reserva de Liquidez e Reserva de Despesas e Encargos;
- d) na amortização de Cotas Subordinadas Mezanino;
- e) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional; e
- f) na amortização de Cotas Subordinadas Junior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- a) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- b) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- c) na amortização das Cotas Subordinadas Mezanino em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- d) no pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco; e
- e) na amortização de Cotas Subordinadas Junior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas. O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito - DOC, Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

Para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas será o mencionado no Suplemento respectivo. Se o resgate for efetivado em dia que não seja Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos aos Cotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo. Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 25 do Regulamento.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

O Fundo possui Cotas Seniores e Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas são as que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Dentro das Cotas Subordinadas existem duas classes, a Classe Mezanino e a Classe Junior. As Cotas Subordinadas Mezanino são as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Junior. As Cotas Subordinadas Junior são as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do respectivo prazo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral.

As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

Relação Mínima

A Relação Mínima admitida é de 120,48% (cento e vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento). A Relação Mínima deve ser apurada pelo Custodiante todo Dia Útil, informada mensalmente à Instituição Administradora e, anualmente, aos Cotistas.

Na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora. O Cedente deverá responder o aviso de desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irretratável e irrevogável a, em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Relação Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Distribuições Anteriores

As Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas Mezanino da 1ª Emissão foram distribuídas sob o regime de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. As Cotas Subordinadas Junior do Fundo não foram objeto de oferta pública.

Novas Distribuições

Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação da Gestora, a deliberação relativa a novas distribuições de Cotas, incluindo os aspectos referentes à quantidade, prazo e classe de Cotas, desde que:

- a) seja observada a proporção mínima de 17% (dezessete por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido;
- b) seja mantida a Relação Mínima;
- c) a Classe Junior continue representando no mínimo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- d) as classificações de risco das Cotas em circulação, se houver, sejam mantidas.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

Negociação das Cotas Seniores

As Cotas Seniores serão negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado derenda fixa da CETIP – Câmara de Liquidação e Custódia.

Classificação de Risco da Cotas Seniores

Classificação de risco das Cotas Seniores da 2ª Série

As Cotas Seniores da 2ª Sérieobtiveram a classificaçãopreliminar de risco brAAA (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência Classificadora de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brAAA (sf)significa que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Classificação de risco das Cotas Seniores da 3ª Série

As Cotas Seniores da 3ª Série obtiveram a classificação preliminar de risco brAAA (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência Classificadora de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brAAA (sf)significa que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Atualização do Valor das Cotas

As Cotas, independentemente da classe ou série, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dosrendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte àprimeira subscrição de Cotas.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento,desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- a) todo Dia Útil, após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valorde cada Série de Cotas Seniores, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao DiaÚtil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneraçãoindicada no respectivoSuplemento da Série de Cotas Seniores e incidente sobre o valor da Série no Dia Útil imediatamente anterior;
- b) também todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados acima descrita para cada Série, será incorporado ao valor das Cotas Subordinadas Mezanino a remuneração definida no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor das referidas Cotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior; e

- c) ainda todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Junior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo entre os Cotistas das diferentes classes existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorreu a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 2ª Série, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 2ª Série serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo especificada:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSérie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Amortização “t”;

PrazoSérie = Número de meses do prazo de duração da Série, conforme definido no Suplemento da 2ª Série; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial da 2ª Série, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.

As Cotas Seniores da 2ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 2ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorreu a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 3ª Série serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo especificada:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSérie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por cota na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Amortização “t”;

PrazoSérie = Número de meses do prazo de duração da 3ª Série, conforme definido no Suplemento da Série; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial da 3ª Série, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.

As Cotas Seniores da 3ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Outras Informações Sobre as Amortizações e o Resgate das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série

As amortizações das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série ocorrerão mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) do mês, ou se o dia 15 (quinze) não for Dia Útil, no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido acrescida do respectivo rendimento para cada Cota.

As Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, pelo seu respectivo valor contábil.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas ou resgatadas por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (a) à Relação Mínima; e/ou (b) à Alocação Mínima.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme orientação da Gestora, pela realização da Amortização Compulsória, o valor referente a tal amortização será definido de forma que seja suficiente para enquadrar o Fundo nos índices e limites previstos no Regulamento.

RESERVAS E ÍNDICES

Reserva de Pagamento

A Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- a) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- b) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto acima, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações.

Os procedimentos descritos nesta subseção não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido.

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu Patrimônio Líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

As Disponibilidades abrangem recursos em caixa ou ativos de liquidez diária.

Reserva de Despesas e Encargos

A Gestora deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizadas na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

A Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item acima, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. A Gestora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para as despesas ou encargos do período em questão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos, valores mobiliários e Ativos Financeiros de renda fixa terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de precificação do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- a) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- b) o Fundo é fechado;
- c) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios Cedidos na carteira do Fundo até as respectivas datas de vencimento; e
- d) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados.

Na hipótese de se verificar a existência de mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito acima.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- a) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- b) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

As Cotas de cada classe ou Série do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores: (a) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou (b) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na subseção “Atualização do Valor das Cotas”, acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino será o menor dos seguintes valores: (a) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item anterior, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino; ou (b) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na subseção “Atualização do Valor das Cotas”, acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Junior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, pelo número total de Cotas Subordinadas Junior.

Para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Competência

É da competência privativa da Assembleia Geral:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- d) deliberar sobre a substituição da Gestora;
- e) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- f) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- g) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do Regulamento;
- h) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- j) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- k) deliberar acerca da substituição da taxa utilizada para definir a remuneração das Cotas, no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- l) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e outros ativos da carteira do Fundo; e
- m) deliberar e homologar a substituição do Custodiante e do Agente de Cobrança.

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

Procedimento de Convocação

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, do qual deve constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação do anúncio ou envio de carta referente à primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede. No entanto, quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) cotista.

Nomeação de Representante dos Cotistas

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- b) não ser titular de Cotas Subordinadas; e

- c) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, no Cedente, na Gestora, no Custodiante ou em suas respectivas Partes Relacionadas.

Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados pela Assembleia Geral não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

A cada Cota corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral ou, conforme seja o caso, em votação em separado dos titulares de Cotas de determinada classe.

As deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes.

As deliberações relativas às matérias relacionadas (a) à elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e (b) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Deliberações Especiais

Estão subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Junior, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a alterações de disposições do Regulamento do Fundo sobre:

- a) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos Creditórios;
- b) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- c) amortização e/ou resgate das Cotas;
- d) direito de voto de cada classe;
- e) inclusão ou exclusão de Evento de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;
- f) cobrança de taxas;
- g) valorização das Cotas, inclusive alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino;
- h) alteração da Relação Mínima;
- i) substituição do Custodiante;

- j) nova emissão de novas Cotas; e
- k) alteração dos prazos das emissões de Cotas.

As deliberações relativas à substituição da Instituição Administradora ou da Gestora estão sujeitas à aprovação de titulares de 80% (oitenta por cento) do total de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas emitidas, tanto em primeira quanto em segunda convocação.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Instituição Administradora, a Gestora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- a) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- b) cópia da ata da Assembleia Geral; e
- c) exemplar do Regulamento do Fundo, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do seu prazo de duração. Neste caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o Regulamento, em vigor na própria data de resgate. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme o Regulamento.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores de qualquer Série e das Cotas Subordinadas Mezanino por um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- b) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- c) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- d) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- e) inobservância pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações relacionados à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Cobrança não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- f) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- g) inobservância dos Limites de Concentração por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- h) inobservância, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, da Relação Mínima;
- i) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- j) rescisão do Contrato de Custódia;
- k) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino que estejam em circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- l) renúncia do Custodiante;
- m) inobservância dos limites previstos para a Reserva de Pagamento, da Reserva de Despesas e Encargos e da Reserva de Liquidez por mais de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- n) caso, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o percentual do volume de Direitos Creditórios Cedidos cujos contratos tenham sido pré-pagos ou pagos antecipadamente seja superior, no mês, a 20%

(vinte por cento) do saldo da carteira de Direitos Creditórios calculado em relação ao mês anterior;

- o) ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas à inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos: (i) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 6 (seis) dias e 60 (sessenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 15% (quinze por cento); (ii) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 61 (sessenta e um) dias e 90 (noventa) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 10% (dez por cento); (iii) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 6% (seis por cento); e (iv) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso superior a 181 (cento e oitenta e um) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 4% (quatro por cento);
- p) caso o “Índice de Basiléia” do Cedente fique abaixo de 11% (onze por cento), conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do CMN, informados mensalmente à Instituição Administradora;
- q) modificação do controle acionário do Cedente;
- r) inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no Regulamento;
- s) realização de qualquer cessão ao Fundo em desacordo com o estabelecido no Contrato de Cessão; e
- t) quaisquer outros eventos que possam, na opinião da Instituição Administradora, impactar negativamente no desempenho do Fundo e de suas Cotas que tenham sido objeto de distribuição pública.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, o Fundo suspenderá imediatamente o pagamento de amortização de Cotas Subordinadas. Concomitantemente, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

Caso a Assembleia Geral de que trata o item acima delibere que dado Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, deverá deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implantação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembleia Geral.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- a) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade especificados neste Prospecto e no Regulamento do Fundo por período superior a 120 (cento e vinte) dias;
- b) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (i) ao Cedente; e/ou (ii) ao Agente de Cobrança; e/ou (iii) à Instituição Administradora; e/ou (iv) ao Custodiante; e/ou (v) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- c) não pagamento total ou parcial da amortização de qualquer Série ou Classe Mezanino, na respectiva Data de Amortização;
- d) na hipótese de a Assembleia Geral não chegar a acordo referente à substituição da taxa utilizada para calcular a rentabilidade de qualquer Cota, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- e) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão .

Sem prejuízo do parágrafo acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (a) convocará Assembleia Geral para tratar dos procedimentos para liquidação do Fundo; e (b) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Não sendo instalada, em primeira convocação, a Assembleia Geral por falta de quorum, a Instituição Administradora deverá dar início aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo de acordo com o disposto no Regulamento.

Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, os Cotistas Dissidentes, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembleia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas Cotas resgatadas em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral. O resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do Dia Útil imediatamente anterior ao dia do pagamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a Assembleia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, as Cotas serão resgatadas observados os seguintes procedimentos:

- a) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- b) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores;
- c) as Cotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores; e
- d) as Cotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores e de todas as Cotas Subordinadas Mezanino, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva do eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas Mezanino.

Caso em até 120 (cento e vinte) dias contados do início da liquidação do Fundo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, fora do ambiente da CETIP.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião, bem como a prioridade entre as classes de Cotas.

Antes da entrega de Direitos Creditórios Cedidos aos Cotistas, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembleia Geral, a ser convocada no 121º (centésimo vigésimo primeiro) dia contado do início da liquidação do Fundo, deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação, sempre se respeitando a prioridade de recebimento entre as Cotas de diferentes classes.

Na hipótese de a Assembleia Geral referida no item anterior não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate das Cotas, fica facultado à Instituição Administradora dar os Direitos Creditórios Cedidos em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada em função do valor total das Cotas Seniores em circulação, tendo como referência para definição do valor das Cotas Seniores a data em que foi decidida a liquidação do Fundo.

Eventuais Direitos Creditórios Cedidos remanescentes não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores deverão ser entregues aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, mediante a constituição de um condomínio, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo.

Após tal procedimento, se ainda existir saldo remanescente, este será distribuído aos titulares de Cotas Subordinadas Junior, na proporção de sua participação no remanescente do Patrimônio Líquido.

Observados tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas, se for o caso: (a) para que elejam um administrador para referidos condomínios de Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; (b) informando a proporção de Direitos Creditórios Cedidos a que cada titular de Cotas fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no parágrafo acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha a maioria das Cotas da respectiva classe em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias a partir da constituição dos condomínios referidos acima, dentro do qual os administradores dos condomínios indicarão à Instituição Administradora e ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Cedidos e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- j) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

A Gestora deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizadas na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

A Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito acima, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. A Gestora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para as despesas ou encargos do período em questão.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo do disposto em demais normas aplicáveis e no Regulamento, notadamente o disposto abaixo.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor ou administrador indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (c) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (d) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (a) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) a mudança ou a substituição do Custodiante; (c) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (d) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor contratado pela Instituição Administradora para tal fim, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo encerra-se em 31 de março de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os prazos de (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento aos Cotistas

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Cotas, incluindo o histórico de performance do Fundo, poderão ser obtidas junto ao Cedente e à Instituição Administradora, em suas respectivas sedes. Para consulta ou obtenção de cópia deste Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Instituição Administradora, ao Cedente, à CVM ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Líder da Distribuição, da Instituição Administradora, dos Consultores e Auditores” acima, ou acessar seus respectivos sítios eletrônicos.

Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede do Cedente, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida Álvares Cabral, nº 1707 ou para a sede da Instituição Administradora, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara.

DIREITOS CREDITÓRIOS

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Natureza e Processo de Origem

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de créditos consignados concedidos pelo Cedente a Devedores.

Documentos da Operação

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo a Devedores, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos de garantia.

Liquidação ou Amortização Antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos

Os Devedores têm a faculdade legal de realizar a liquidação ou amortização antecipada dos empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que, na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido ao valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido ao valor presente pela taxa de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada deverá ser absorvida pelo Cedente.

Além da liquidação ou amortização antecipada realizadas a critério do Devedor, nos termos acima referidos, os Direitos Creditórios podem ser declarados antecipadamente vencidos em determinadas hipóteses, que incluem o inadimplemento por parte do Devedor. Nesse caso, o Devedor ficará obrigado a realizar, de imediato, o pagamento da totalidade do saldo devedor do mútuo a ele concedido, acrescido dos encargos financeiros aplicáveis e das penalidades pactuadas. Declarado o vencimento antecipado da dívida, é possível que o valor devido pelo Devedor ao Fundo seja inferior ao valor esperado, vez que os juros remuneratórios serão calculados proporcionalmente ao tempo transcorrido entre a concessão do mútuo e a data de vencimento antecipado da operação. Além disso, o Fundo poderá incorrer em eventuais despesas de cobrança do Devedor inadimplente, referidas na seção “Cobrança dos Direitos”, abaixo. Tais fatos poderão afetar o fluxo esperado de recursos pelo Fundo, bem como a regularidade dos pagamentos realizados aos cotistas.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS DEVEDORES PELO BANCO BMG

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo a Devedores. Os Devedores são necessariamente vinculados a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios), ou às Forças Armadas, que permitem que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores sejam descontadas em folha de pagamento ou de benefício. Na concessão dos empréstimos, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:

- a) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Devedor se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Devedor que pode ser comprometido com desconto em folha, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Devedor deve apresentar documentos que comprovem sua condição de servidor público ou pensionista vinculado a algum dos Consignantes e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;
- b) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00(trezentos reais) e valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais;
- c) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 6 (seis) meses, e de no máximo 72 (setenta e dois) meses; e
- d) em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais, tais tomadores de empréstimo devem necessariamente ser participantes de plano previdenciário da FBPP.

COBRANÇA DOS DIREITOS

Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Decorrentes de Empréstimos Concedidos a Devedores, Inclusive Inadimplentes

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, oriundos de mútuos concedidos pelo Banco BMG a Devedores, será feita pelo Cedente, contratado para efetuar-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- a) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- b) os valores descontados são repassados ao Cedente por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Cedente pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;
- c) o Cedente, ao receber os valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Devedores (i) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos, e (ii) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- d) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Cedente questiona o Consignante e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;

- e) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- f) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos recebidos pelo Cedente são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- a) caso o Devedor tomador do empréstimo tenha se desligado do Consignante, o Cedente busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações; se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente; eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, se o valor compensar as despesas judiciais;
- b) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar do espólio; e
- c) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, que pode ocorrer nas hipóteses ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Devedor.

PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG

Níveis de Concentração dos Direitos Creditórios

Não há concentração de Devedores na carteira de créditos consignados do Cedente. O Devedor que celebrou a maior quantidade de operações de empréstimo com o Cedente representa cerca de 0,005% do total. Da mesma forma, a carteira de créditos consignados do Cedente é bastante pulverizada. O valor médio (a) devido por cada Devedor é cerca de R\$5.900,00 (cinco mil e novecentos reais); e (b) de cada crédito consignado é cerca de R\$3.100,00 (três mil e cem reais).

Inadimplimentos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos à Carteira do Banco BMG

Em cumprimento ao disposto no item 2.6 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400/03, seguem abaixo informações relativas a inadimplimentos e perdas referentes à carteira de crédito do Banco BMG, especificamente no que diz respeito a empréstimos consignados pelos Consignantes:

Mês	Fluxo de Geração - vencimentos até Jul./2010 (A)	Pagamentos pontuais (%)	Pagamentos com atrasos (%)					Vencidos e não pagos (%)			
			Entre 6 e 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Acima 180 dias	Parcelas não pagas	Mais de 60 dias	Mais de 90 dias	Mais de 180 dias
Jan./07	432.174.681,71	93,81	0,87	0,80	0,53	0,60	1,49	1,89	1,81	1,77	1,63
Fev./07	371.049.332,30	93,63	1,10	0,95	0,57	0,59	1,28	1,89	1,80	1,76	1,60
Mar./07	419.222.469,71	93,83	1,14	0,90	0,51	0,54	1,06	2,01	1,92	1,87	1,66

Abr./07	391.949.909,47	92,76	1,36	1,13	0,60	0,61	1,28	2,26	2,14	2,07	1,83
Mai./07	467.066.731,02	91,62	1,60	1,28	0,78	0,87	1,43	2,41	2,25	2,16	1,91
Jun./07	440.503.672,70	91,69	1,75	1,34	0,83	0,94	1,30	2,14	1,94	1,86	1,61
Jul./07	473.345.186,83	91,22	1,51	1,45	0,94	1,07	1,48	2,33	2,10	2,01	1,73
Ago./07	498.382.409,26	91,60	1,48	1,55	1,01	0,99	1,18	2,19	1,97	1,88	1,61
Set./07	400.678.321,57	90,30	1,79	1,97	1,25	1,34	1,25	2,10	1,87	1,78	1,51
Out./07	482.620.506,73	90,00	2,02	2,22	1,21	1,16	1,18	2,22	1,96	1,86	1,56
Nov./07	518.345.676,87	88,76	2,14	2,36	1,49	1,41	1,36	2,48	2,19	2,07	1,73
Dez./07	372.864.347,15	89,84	2,04	1,95	1,34	1,15	1,20	2,48	2,16	2,03	1,66
Jan./08	516.366.321,76	91,46	1,61	1,67	1,01	0,95	0,87	2,43	2,09	1,95	1,57
Fev./08	368.172.038,54	88,75	2,40	2,57	1,52	1,32	1,18	2,26	1,92	1,79	1,44
Mar./08	320.416.536,52	84,11	4,49	4,92	1,65	1,29	1,01	2,53	2,12	1,98	1,57
Abr./08	333.710.722,51	86,82	3,96	3,05	1,36	1,32	1,15	2,34	1,94	1,79	1,38
Mai./08	296.240.135,00	87,95	3,15	2,96	1,21	1,16	1,09	2,48	2,04	1,88	1,45
Jun./08	337.271.738,50	87,11	2,88	3,01	1,92	1,27	1,04	2,77	2,27	2,09	1,59
Jul./08	233.736.877,71	87,48	3,18	2,87	1,51	1,56	1,21	2,19	1,74	1,58	1,15
Ago./08	221.419.664,72	87,75	3,20	2,66	1,26	1,45	1,10	2,58	2,03	1,85	1,34
Set./08	156.818.208,97	86,60	3,26	2,80	1,72	1,72	1,33	2,56	2,03	1,84	1,32
Out./08	181.305.765,73	87,66	2,72	2,74	1,58	1,84	1,20	2,24	1,77	1,58	1,09
Nov./08	87.605.556,27	88,36	3,15	2,94	1,13	1,24	0,88	2,31	1,77	1,58	1,08
Dez./08	55.060.502,10	87,05	3,05	3,33	1,37	1,41	0,42	3,38	2,28	1,88	0,84
Jan./09	13.422.823,41	88,46	2,95	2,67	1,26	1,21	0,85	2,59	1,94	1,71	1,12
Fev./09	139.502.608,13	89,40	2,81	2,23	1,15	1,26	0,84	2,31	1,69	1,47	0,92
Mar./09	154.798.088,36	89,08	2,58	2,12	1,32	1,46	0,96	2,50	1,80	1,55	0,91
Abr./09	123.383.381,10	90,21	2,00	1,69	1,26	1,55	0,88	2,40	1,68	1,42	0,77
Mai./09	131.936.119,64	90,54	2,22	1,94	1,12	1,42	0,60	2,16	1,41	1,16	0,55
Jun./09	156.856.746,86	91,51	1,64	1,63	0,92	1,38	0,67	2,26	1,54	1,29	0,64
Jul./09	151.546.146,93	89,77	2,12	1,88	1,20	1,61	0,71	2,72	1,74	1,40	0,59
Ago./09	150.557.635,02	89,45	2,07	1,86	1,37	1,92	0,65	2,68	1,65	1,28	0,44
Set./09	136.929.991,85	88,14	2,57	2,50	1,54	1,75	0,42	3,08	1,82	1,39	0,42
Out./09	72.914.397,78	87,47	2,63	3,05	1,86	1,79	0,33	2,87	1,52	1,09	0,21
Nov./09	79.359.000,56	88,84	2,53	2,98	1,32	1,19	0,07	3,08	1,38	0,84	0,06
Dez./09	78.428.308,85	90,81	2,51	2,57	0,96	0,75	0,01	2,39	1,01	0,60	0,03
Jan./10	86.871.762,10	92,48	2,00	1,56	0,81	0,53	0,00	2,62	0,99	0,51	0,00
Fev./10	61.964.142,16	89,64	2,83	2,07	1,37	0,76	0,00	3,32	1,11	0,43	0,00
Mar./10	51.250.114,91	90,53	3,20	1,71	1,01	0,21	0,00	3,34	0,52	0,07	0,00
Abr./10	20.152.874,10	92,27	2,96	1,49	0,36	0,00	0,00	2,92	0,05	0,00	0,00
Mai./10	31.711.356,52	93,36	2,58	0,21	0,05	0,00	0,00	3,81	0,03	0,00	0,00
Jun./10	6.061.438,50	93,86	1,91	0,00	0,00	0,00	0,00	4,22	0,00	0,00	0,00
Jul./10	21.540,53	91,12	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	8,33	0,00	0,00	0,00

A metodologia utilizada foi a de “Fluxo de Geração”, sendo:

Mês = mês de produção dos créditos;

Fluxo Geração - vencimentos até Jul./2010 (A): somatória do valor das parcelas originadas em cada um dos meses e que tenham data de vencimento até julho de 2010;

Pagamentos Pontuais = percentual de (A) que foi pago com até 5 (cinco) dias de atraso, inclusive pré-pagamentos;

Pagamentos com atrasos entre 6 e 30 dias = percentual de (A) que foi pago com atraso entre 6 e 30 dias;

Pagamentos com atrasos entre 31 e 60 dias = percentual de (A) que foi pago com atraso entre 31 e 60 dias;

Pagamentos com atrasos entre 61 e 90 dias = percentual de (A) que foi pago com atraso entre 61 e 90 dias;

Pagamentos com atrasos entre 91 e 180 dias = percentual de (A) que foi pago com atraso entre 91 e 180 dias;

Pagamentos com atrasos acima 180 dias = percentual de (A) que foi pago com atraso acima de 180 dias;

Parcelas não pagas = percentual de (A) que continuava em atraso, na data de corte da base de dados, em 30/06/2010;

Vencidos e não pagos mais de 60 dias = percentual de (A) que continuava em atraso há mais de 60 dias, na data de corte da base de dados, em 30/06/2010;

Vencidos e não pagos mais de 90 dias = percentual de (A) que continuava em atraso há mais de 90 dias, na data de corte da base de dados, em 30/06/2010;

Vencidos e não pagos mais de 180 dias = percentual de (A) que continuava em atraso há mais de 180 dias, na data de corte da base de dados, em 30/06/2010.

A Instituição Administradora, a Gestora e a Instituição Intermediária não possuem informações a respeito de pré-pagamentos relativos à carteira de créditos consignados do Banco BMG, a despeito de terem realizado esforços razoáveis com o intuito de obtê-las. De todo modo, no que diz respeito especificamente aos Direitos Creditórios Cedidos, que integram a carteira do Fundo, tais informações encontram-se disponíveis abaixo.

Inadimplementos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no item 2.8 do Anexo III-A da ICVM 400, a Gestora, tendo por base os relatórios do Custodiante, forneceu informações relativas a inadimplementos, perdas e pré-pagamentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo entre junho e setembro de 2010, constantes da tabela abaixo:

Mês	Carteira de Direitos Creditórios	Vencimento de Direitos Creditórios	Pagamentos antecipados	Recompra de Direitos Creditórios	Vencidos e não Pagos			
					Entre 6 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Acima de 180 dias
Jun./10	258.285.264,77	0,00	9.988.631,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jul./10	348.157.422,47	3.662.347,08	16.464.658,41	0,00	43.096,09	0,00	0,00	0,00
Ago./10	351.854.159,97	5.660.946,20	22.143.247,25	0,00	311.588,91	0,00	0,00	0,00
Set./10*	354.449.273,84	5.406.145,30	10.642.157,94	0,00	119.791,73	11.985,94	0,00	0,00

* Até 17/09/2010.

Sendo:

Mês = mês de referência;

Carteira de Direitos Creditórios = valor da posição de Direitos Creditórios na carteira do Fundo;

Vencimentos de Direitos Creditórios = somatória do volume dos vencimentos dos Direitos Creditórios programados para o mês;

Pagamentos antecipados = somatória do volume de pagamentos antecipados de Direitos Creditórios no mês;

Recompra de Direitos Creditórios = somatória do volume de recompra, pelo Cedente, de Direitos Creditórios no mês;

Vencidos e não pagos entre 6 e 60 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, entre 6 e 60 dias na carteira do Fundo;

Vencidos e não pagos entre 61 e 90 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, entre 61 e 90 dias na carteira do Fundo;

Vencidos e não pagos entre 91 e 180 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, entre 91 e 180 dias na carteira do Fundo;

Vencidos e não pagos acima de 180 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, acima de 180 dias na carteira do Fundo.

Os inadimplimentos, perdas e pré-pagamentos das operações de crédito que geraram os Direitos Creditórios Cedidos podem impactar de forma adversa o Fundo, na medida em que (a) o inadimplimento e a perda não são objeto de coobrigação do Cedente; e (b) o Cedente pode não honrar sua obrigação de ressarcir o Fundo de eventual diferença positiva existente entre (i) o valor que o Fundo iria receber caso a liquidação do empréstimo fosse realizada no prazo acordado entre o Devedor e o Cedente; e (ii) o valor efetivamente pago pelo Devedor mediante a liquidação antecipada da operação de empréstimo. Para maiores informações sobre os riscos relacionados a tais impactos, veja o capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme o manual de cálculo e registro de PDD do Custodiante, elaborado em convergência com as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

PRazos de Vencimento, Volume Financeiro, Período de Amortização e Taxa de Juros dos Direitos Creditórios

Nos termos do Regulamento, os contratos de créditos consignados que dão origem aos Direitos Creditórios, passíveis de cessão ao Fundo, terão amortização mensale devem ter prazo de vigência entre 6 (seis) e 72 (setenta e dois) meses.

De acordo com informações fornecidas pelo Cedente em setembro de 2010, os juros incidentes sobre o crédito concedido a Devedores, nos termos dos contratos celebrados, são compostos e pré-fixados, aplicando-se a tabela *Price*, e variam de no mínimo 1,2% a.m. (um inteiro e dois décimos por cento ao mês) a 3,5% a.m. (três inteiros e cinco décimos por cento ao mês).

DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA

Os Direitos Creditórios Cedidos não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos de sua titularidade serão de inteira responsabilidade do Fundo e, consequentemente, de seus Cotistas, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento dessas despesas.

O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu Patrimônio Líquido. A parcela que exceder este limite deverá ser previamente aprovada pelos Cotistas em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas Cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos mencionados neste Prospecto e previstos no Regulamento ou na referida Assembleia Geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (a) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo acima; e (b) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma prevista no Regulamento.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Além disso, o Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor contábil de tal crédito no Fundo. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento

referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a prioridade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Créditos integrantes da carteira do Fundo.

Na hipótese de, em caso de recompra de Direitos Creditórios, o Fundo receber o valor contábil dos Direitos Creditórios recomprados, não haverá impacto na rentabilidade do Fundo. Caso venha a receber valor inferior ao contábil pelos Direitos Creditórios, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO

Conforme “Nota Para a Imprensa” divulgada pelo Banco Central do Brasil em 24 de agosto de 2010, relacionada à Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro, o crédito bancário manteve tendência de expansão em julho de 2010, embora em ritmo menos acelerado que nos dois meses anteriores. O crescimento permaneceu mais intenso no crédito direcionado, que segue impulsionado pelas operações vinculadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e à habitação. O saldo total das operações de crédito do sistema financeiro alcançou R\$1.548 bilhões, ao avançar 1,2% no mês e 18,4% em doze meses. A relação crédito/PIB atingiu 45,9%, comparativamente a 45,7% no mês anterior e a 42,8% em julho de 2009. A distribuição do crédito segundo o controle de capital das instituições financeiras permaneceu relativamente estável, com a participação dos bancos públicos recuando de 42,3% em junho, para 42,2% em julho e a das instituições estrangeiras subindo 0,1 p.p., para 17,7%, enquanto a dos bancos privados nacionais se manteve em 40,1%.

Os empréstimos fundamentados em recursos livres, correspondentes a 66,1% do total do sistema financeiro, somaram R\$1.024 bilhões em julho de 2010, ampliando-se 0,7% no mês e 13,8% em doze meses. Esse desempenho refletiu o aumento mensal de 1% nas operações contratadas com pessoas físicas, saldo de R\$510,9 bilhões, que continuam impulsionadas pela demanda por crédito pessoal e por financiamentos para aquisição de veículos. No segmento de pessoas jurídicas, o saldo dos empréstimos atingiu R\$512,7 bilhões, com elevação mensal de 0,4%, resultante de comportamentos distintos entre as operações com recursos internos, alta de 0,6%, e dos financiamentos lastreados em moeda estrangeira, que recuaram 1,4%

Em fevereiro de 2010, a modalidade de crédito consignado em folha de pagamento representava 59,8% do crédito pessoal, e o volume de recursos contratado variou em 34,6% no ano de 2009. Esse mecanismo de crédito, com taxas de juros inferiores à média dos financiamentos, ainda é concentrado em servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, responsáveis por mais de 86% dos recursos tomados em consignação.

Em julho de 2010, o crédito pessoal alcançou expansões de 1,9% no mês e de 24,3% em doze meses, condicionadas pelo desempenho do crédito consignado, equivalente a 60,1% do saldo total da modalidade, que cresceu 2% e 31,8%, nas mesmas bases de comparação.

De acordo com o Banco Central do Brasil, apenas em julho de 2010, o mercado de crédito consignado movimentou cerca de R\$ 48,9 bilhões. Grande parte do crescimento decorre da “troca de dívidas”, ou seja, liquidar débitos com cartão de crédito (taxa de 10,38% ao mês), ou cheque

especial (7,72% ao mês), e contratar um crédito consignado, algo que transforma o perfil da dívida, com a redução dos juros.

CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Devedores dos Direitos Creditórios são pessoas físicas que recebem pagamentos dos Consignantes, e que tenham celebrado contrato de mútuo com o Banco BMG. Dessa forma, todos os mutuários estão sujeitos à política de cadastro e concessão de crédito do Cedente.

Não há concentração significativa de Devedores na carteira de créditos consignados do Cedente. O Devedor que celebrou a maior quantidade de operações de empréstimo com o Cedente representa cerca de 0,005% do total dos Direitos de Crédito Elegíveis. Adicionalmente, o Fundo deve observar a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade, que estabelecem, entre outros aspectos, que as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar R\$20.000,00, bem como os Limites de Concentração, os quais inviabilizam a concentração da carteira em Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Devedor, ou por alguns poucos Devedores.

ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da União

O parágrafo único do artigo 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da Administração, na forma definida em regulamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto pelo artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008. Nele, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da Administração. Há também as consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois a exigibilidade das mesmas decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, pode-se citar: (a) contribuição para a Previdência Social; (b) pensão alimentícia judicial; (c) imposto sobre rendimento do trabalho; (d) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (e) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não pode exceder a 30% (trinta por cento) da respectiva remuneração, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas.

Não é permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de trinta por cento, quando a sua soma com as compulsórias exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do consignado.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% (setenta por cento) venha a ser superado, as consignações facultativas são suspensas, de forma a proporcionar o devido reenquadramento. A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos vencimentos do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo de Estados e Municípios Conveniados

No presente Prospecto foram descritos os principais aspectos da regulamentação aplicável aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.

Contudo, é importante mencionar a existência de legislação específica tratando de empréstimo com desconto em folha própria de Estados e Municípios sobre o assunto. A maior parte de tal legislação, de forma análoga, também prevê: (a) limites para os descontos em folha em razão de operações de empréstimo; e (b) possibilidade de concessão de autorizações revogáveis pelo devedor apenas com a concordância do mutuante. Como exemplo, podemos citar a legislação do Município de São Paulo e dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Militares das Forças Armadas

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, permite o desconto de empréstimos em folha de pagamento desses servidores públicos desde que não haja comprometimento de mais de 70% (setenta por cento) de seu soldo.

Em referida regulamentação, não há diferença de limites para os descontos autorizados obrigatórios, de forma que, teoricamente, os empréstimos com desconto em folha poderiam comprometer toda a margem consignável, qual seja, 70% (setenta por cento) do soldo dos militares. Fica mantida, por outro lado, a prioridade dos descontos obrigatórios em relação aos autorizados, sendo que estes, em caso de o limite acima referido ser superado, serão suspensos em primeiro lugar.

Embora a Medida Provisória nº 2.215-10/01 disponha em linhas gerais sobre o desconto em folha de pagamento para todos os militares federais, tanto os descontos por estes autorizados como os autorizados por aposentados e beneficiários de pensão militar são regulamentados especificamente por cada Força Armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), por normativos próprios.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

Histórico e Atividades

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco. A Instituição Administradora é atualmente controlada pelo Bradesco, que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social, e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

A Instituição Administradora, observado o estabelecido no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, deverá administrar o Fundo, cumprindo suas obrigações com a diligência e correção de todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (b) na aquisição dos Direitos Creditórios, do estabelecido no Contrato de Cessão; e (c) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Cotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações da Instituição Administradora encontram-se detalhados no Regulamento.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer os direitos inerentes aos bens e direitos de titularidade do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações da Gestora.

Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que a Instituição Administradora está sujeita, a Instituição Administradora obriga-se a:

- a) observar as obrigações estabelecidas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01;
- b) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o Regulamento do Fundo, seus anexos e aditamentos e os Suplementos em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- c) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- d) informar os cotistas titulares de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- e) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Cedente, do Agente de Cobrança, do Custodiante ou de qualquer sociedade controlada,

controladora ou sob controle comum das pessoas referidas anteriormente, tomar as medidas cabíveis para o direcionamento do fluxo de recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta de titularidade do Fundo em outras instituições;

- f) monitorar a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, em conformidade com o contrato celebrado com o Custodiante; e
- g) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos seguintes índices e critérios e disponibilizar tais informações ao Cedente e à Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) Dia Útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
 - i) índices de performance (percentual de atrasos dos Direitos Creditórios Cedidos nos seguintes intervalos de tempo: de 1 (um) a 30 (trinta) dias, de 31 (trinta e um) a 120 (cento e vinte) dias, de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e oitenta) dias e superiores a 180 (cento e oitenta) dias), conforme calculados e informados pela Gestora;
 - ii) Relação Mínima;
 - iii) Reserva de Liquidez, conforme calculada e informada pela Gestora;
 - iv) demonstrativos de concentração relativos aos Consignantes, elaborados com base nas informações fornecidas pelo Cedente e disponibilizados na forma de relatório pelo Custodiante; e
 - v) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Junior e com a indicação dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, conforme calculado e disponibilizado pelo Custodiante na forma de relatório em sua página na rede mundial de computadores.

É vedado à Instituição Administradora:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou se coobrigar sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações a que fazem referência os itens (a) a (c) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob

controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É permitida a utilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de derivativos mencionadas neste Prospecto

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- a) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios Cedidos e os outros ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- b) emitir qualquer classe de Cotas ou Série em desacordo com o Regulamento.

Remuneração da Instituição Administradora

Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo, mensalmente, a título de Taxa de Administração, o maior dos seguintes valores: (i) 0,5% a.a. (cinco décimos percentuais ao ano) incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo ou (ii) R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Mais informações sobre a remuneração da Instituição Administradora encontram-se na subseção “Taxas” abaixo.

Substituição e Renúncia da Instituição Administradora

A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral, a se realizar em no máximo 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até o término do processo de liquidação.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

Na hipótese de deliberação da Assembleia Geral pela substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituída, o que deverá ocorrer em prazo de, no máximo, 60 (sessenta) dias, sob pena de liquidação antecipada do Fundo.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (a) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a

instituição substituta possa cumprir os deveres e obrigações da Instituição Administradora; bem como (b) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora ou do Agente de Cobrança, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (a) nomeação de representante de Cotistas; e (b) deliberação acerca de: (i) substituição da Instituição Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo, ou do Agente de Cobrança, ou (ii) liquidação antecipada do Fundo.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou administrador designado, contratar serviços de:

- a) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos que possam integrar a carteira do Fundo;
- b) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- c) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

GESTORA

Histórico e Atividades

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas do Fundo, foi contratada a Integral Investimentos S.A.

A Integral Investimentos é uma sociedade devidamente autorizada pela CVM para gerir carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1744 – cj 12, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.576.569/0001.86.

Concentrando-se na união dos interesses de investidores e tomadores de recursos, a Integral Investimentos oferece uma plataforma integrada e especializada em projetos de crédito estruturado e securitização, destacando-se no desenvolvimento de alternativas de captação de recursos, estruturação de produtos de investimentos relacionados ao crédito estruturado e securitização, distribuição de valores mobiliários e gestão de fundos de investimentos.

A Integral Investimentos tem por escopo desenvolver soluções para tomadores de crédito que atuam nos segmentos financeiro, corporativo, imobiliário e público, criando e gerindo produtos relacionados a créditos oriundos destes setores. Desde a sua criação, geriu mais de R\$ 2 bilhões em FIDC.

O total de recursos administrados pela Integral Investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios em agosto de 2010 totalizava R\$ 2,3 bilhões (dois bilhões e trezentos milhões de reais).

Responsabilidades

Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor e pelo Regulamento, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- a) selecionar, escolher e adquirir, em nome do Fundo, Direitos Creditórios e Ativos Financeiros para integrarem a carteira do Fundo, definindo os respectivos preços e condições, podendo inclusive realizar operações nos mercados de derivativos, obedecidos os limites previstos na política de investimento do Fundo, bem como na regulamentação aplicável, dentro dos parâmetros de mercado para os Ativos Financeiros;
- b) observar e respeitar a Política de Investimentos do Fundo, conforme estabelecida no Regulamento;
- c) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação à sua atividade de administradora de carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando às normas de conduta, vedações e obrigações previstas na regulamentação vigente;
- d) tomar suas decisões de gestão em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações no mercado de capitais e no mercado financeiro, observando os princípios de boa técnica de investimentos;
- e) fornecer à Instituição Administradora e às autoridades fiscalizadoras, quando for o caso, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira do Fundo; e
- f) às suas expensas, assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Instituição Administradora defenda os interesses do Fundo diante de eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou quaisquer outras penalidades aplicadas pelas autoridades fiscalizadoras em decorrência das atividades desenvolvidas pela Gestora.

Substituição da Gestora

As disposições relativas à substituição da Instituição Administradora descritas neste Prospecto e no Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição da Gestora.

CUSTODIANTE, CONTROLADOR E ESCRITURADOR DE COTAS

Histórico e Atividades

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, a Instituição Administradora contratou o Bradesco.

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e auto-reguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados “GoodPriv@cy”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O BradescoCustódia também aderiu aoCódigo ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2008, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios. O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira da operação.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do fundo de investimento.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento

O sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas cotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos cotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional. Este serviço compreende o registro da titularidade das cotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na subseção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Custódia” abaixo.

Responsabilidades

O Custodiante foi contratado para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo e será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas neste Prospecto, no Regulamento do Fundo e na legislação aplicável, ou pactuadas em demais documentos:

- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras;
- b) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

- c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- f) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e
- g) observar para que somente ordens emitidas pela Instituição Administradora, sob a orientação da Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida no item (a), acima, será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, por amostragem, dos Direitos Creditórios. As irregularidades apontadas nessa auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Não obstante realize tal auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Substituição do Custodiante

Desde que aprovado pela Assembleia Geral, a Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

FIEL DEPOSITÁRIO E AGENTE DE COBRANÇA

O fiel depositário e Agente de Cobranças será o próprio Banco BMG. Informações sobre o fiel depositário e Agente de Cobranças encontram-se no item “Informações Relativas ao Cedente” abaixo.

Substituição do Fiel Depositário e Agente de Cobrança

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a prestação

dos serviços de cobrança e guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

INSTITUIÇÃO LÍDER

A Instituição Líder será o próprio Banco BMG. Informações sobre a Instituição Líder encontram-se no item “Informações Relativas ao Banco Cedente” abaixo.

AUDITOR

A empresa de auditoria contratada é a KPMG Auditores Independentes.

Poderão ser contratadas outras empresas de auditoria independente para realizar a revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e a análise da situação do Fundo e da atuação da Instituição Administradora, não sendo necessária a convocação de Assembleia Geral, para tanto. Contudo, a substituição do Auditor, a qualquer tempo, somente poderá ocorrer mediante deliberação da Assembleia Geral.

Remuneração do Auditor

Pelos serviços prestados ao Fundo, o Auditor terá direito a receber remuneração anual, paga diretamente pelo Fundo, no montante de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Responsabilidades

O Auditor será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise da situação do Fundo e da atuação da Instituição Administradora, sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação vigente ou pelo Regulamento.

Substituição do Auditor

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS DE RISCO

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série a Standard & Poor's.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração pelos serviços prestados, paga diretamente pelo Fundo, no montante anual de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Responsabilidades

A Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação de risco tão-somente, das Cotas Seniores.

É atribuído à Agência Classificadora de risco o monitoramento constante das Cotas Seniores e a elaboração e divulgação de relatório de classificação de risco trimestral.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação referente às Cotas Subordinadas.

Substituição da Agência

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a classificação de risco das Cotas Seniores, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

TAXAS

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo, mensalmente, a título de Taxa de Administração, o maior dos seguintes valores: (a) 0,5% a.a. (cinco décimos percentuais ao ano) incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo; ou (b) R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A taxa acima será paga à Instituição Administradora até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao fechamento do mês anterior, sendo calculada e provisionada todo Dia Útil, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa Administração} = \frac{0,0050 \times \text{Patrimônio D-1}}{252}$$

Para fins do disposto na fórmula acima, “D-1” significa o Dia Útil imediatamente anterior à data do provisionamento.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas na seção “Despesas e Encargos do Fundo”, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima referida.

Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

CONTRATO DE CUSTÓDIA

O Contrato de Custódia celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e o Cedente, tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº356/01.

Pelo serviço de custódia qualificada, a remuneração devida ao Custodiante pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, nos termos do Contrato de Custódia, é equivalente a 0,16% a.a. (dezesesseis centésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido.

Pelo serviço de controladoria, o Fundo, representado pela Instituição Administradora, pagará à Custodiante mensalmente a taxa de 0,015% a.a. (quinze milésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

As remunerações descritas acima ("Remunerações do Custodiante") serão calculadas diariamente, em Dias Úteis, sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos). Os valores das Remunerações do Custodiante serão reajustados anualmente pelo IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

As Remunerações do Custodiante serão pagas mensalmente, no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito nas contas correntes de titulares dos Fundos, conforme constante no Anexo VI do Contrato de Custódia.

O Contrato de Custódia permanecerá em vigor até a liquidação do Fundo.

CONTRATO DE CESSÃO

O Contrato de Cessão é celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Cedente dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, com interveniência e anuência do Custodiante. O Contrato de Cessão estabelece as regras e condições referentes a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

A contraprestação devida pelo Fundo pela cessão será o menor entre os seguintes valores: (a) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de juros ponderada dos contratos que deram origem aos Direitos Creditórios Cedidos; e (b) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por taxa equivalente a 22% (vinte e dois por cento) ao ano ("Valor de Cessão").

O Valor de Cessão será pago ao Cedente em moeda corrente nacional mediante crédito em conta reserva bancária de sua titularidade, a ser por ele indicada, por meio de transferência eletrônica disponível - TED, conforme os seguintes prazos: (a) no próprio dia do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo por fac-símile ou por correio eletrônico, desde que tal recebimento ocorra até às 16 (dezesesseis) horas; ou (b) no primeiro Dia Útil seguinte ao do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via devidamente assinada pelo

Cedente do termo de cessão respectivo por fac-símile ou por correio eletrônico, caso tal recebimento ocorra após às 16 (dezesseis) horas.

O Contrato de Cessão aqui referido faz parte deste Prospecto como seu Anexo II.

CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão é um instrumento firmado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e a Gestora, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo.

Pela prestação dos serviços de gestão de carteira do Fundo, a Gestora receberá a remuneração de 0,41% a.a. (quarenta e um centésimos por cento ao ano) incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo ("Remuneração da Gestora"). A Remuneração da Gestora será suportada pelo Fundo, sendo deduzida da Taxa de Administração.

A Remuneração da Gestora será paga à Gestora mensalmente, no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

O Contrato de Distribuição é um instrumento firmado entre a Instituição Administradora e o Banco BMG, por meio do qual a Instituição Administradora contratou o Banco BMG como instituição líder da distribuição das Cotas Seniores da 2ª e da 3ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação.

O Distribuidor fará jus a uma remuneração única, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser paga na data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta.

Serão de responsabilidade exclusiva do Banco BMG todos os custos e despesas razoavelmente incorridos na distribuição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série, dentre os quais se incluem a publicação de aviso ao mercado, anúncios de início e encerramento de distribuição das Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série, assim como os legalmente exigidos ou que sejam recomendáveis, impressão de material mercadológico, inclusive Prospecto, em número suficiente para a divulgação da Oferta, ou de qualquer material publicitário, se houver, que se faça necessário ao bom desempenho da operação.

Cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores para consulta ou cópia na sede da Instituição Administradora.

CONFLITOS DE INTERESSE E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATUAIS ENTRE AS PARTES

O Banco BMG, além de originar e ceder créditos ao Fundo, foi contratado pela Instituição Administradora como Instituição Líder da distribuição de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série e pelo Custodiante como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios.

A Instituição Administradora é atualmente controlada pelo Bradesco, custodiante do Fundo, que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social.

Exceto pelo fato de que a Gestora atua como gestora em outros fundos de investimento em direitos creditórios, originados e cedidos pelo Banco BMG, não há quaisquer relações contratuais relevantes entre o Banco BMG e a Gestora.

Não há outros conflitos de interesses ou outras relações societárias ou contratuais relevantes entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, a saber o Banco BMG, a Instituição Administradora, a Gestora ou o Custodiante.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas.

Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação de Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Cotas, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base (a) a residência dos Cotistas no Brasil ou no exterior; e (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (i) a cessão ou alienação de Cotas, (ii) o resgate de Cotas, e (iii) a amortização de Cotas.

Cotistas Residentes no Brasil:

Cessão ou Alienação de Cotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda nos termos da legislação atualmente em vigor. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Resgate das Cotas

Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito. A carteira será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (a) 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (b) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (c) 17,50% (dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (d) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate e/ou liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento). Todavia, não há garantia de que o Fundo receberá tratamento tributário de longo prazo.

Amortização de Cotas

No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira, às alíquotas regressivas descritas relativamente à hipótese de resgate das Cotas, definidas em função do prazo do investimento do Cotista respectivo.

Cotistas Residentes no Exterior

Aos Cotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, de 23 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Cotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de (a) residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja

legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade (“Paraíso Fiscal”); ou (b) não residirem em país ou jurisdição considerados Paraíso Fiscal.

Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

- a) Cessão ou Alienação de Cotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.
- b) Resgate das Cotas: Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).

Amortização de Cotas

No caso de amortização de Cotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal ou aqueles que não ingressaram recursos por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689/04 não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas (a) em negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado serão tributados pelo Imposto de Renda às alíquotas aplicáveis; ou (b) em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado, exclusivamente por Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os Cotistas Qualificados não residentes ou domiciliados em Paraíso Fiscal estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o

percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE

HISTÓRICO

O Banco BMG, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, constitui obraço financeiro do Grupo BMG, que tem se destacado no cenário econômico brasileiro como organização sólida, cujos princípios operacionais marcam a firmeza e a segurança da estrutura. O Grupo BMG possui investimentos nos setores imobiliário, agrícola, serviços e alimentos industrializados, entre outras atividades industriais, bem como na área financeira, representada pelo Banco BMG e suas subsidiárias, o qual é hoje o principal foco do Grupo BMG, sendo administrado de forma independente em relação a todos os outros negócios.

Sua vocação para atuação na área financeira tem origem na fundação do Banco de Crédito Predial, em 1930, na cidade mineira de Belo Horizonte, pela família Guimarães. Em 1936, com seu nome alterado para Banco de Minas Gerais, deu início à diversificação de suas atividades, por meio da participação ou criação de empresas de alto potencial de desenvolvimento. A instituição foi vendida em 1973, não obstante, a família Guimarães permaneceu ativa na indústria financeira por meio de uma empresa de arrendamento mercantil, uma instituição dedicada à poupança e concessão de empréstimos, uma corretora de valores mobiliários, e uma empresa de financiamento ao consumidor. Em março de 1985, essa empresa de financiamento ao consumidor, então chamada BMG Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, adquiriu 61,83% do capital de um banco comercial denominado Brasilinvest Banco Comercial S.A., o qual passou a chamar-se BMG Banco Comercial S.A. Em dezembro de 1988, a BMG Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento tornou-se um banco múltiplo e, em abril de 1989, sua denominação foi alterada para Banco BMG S.A. Em julho de 1991, o BMG aumentou sua participação no BMG Banco Comercial S.A. para 99,65% das ações ordinárias e 98,73% das ações preferenciais deste. Em 1993, o BMG Banco Comercial S.A. foi incorporado pelo Banco BMG.

Até 14 de março de 1994, o Banco BMG era registrado na CVM como uma companhia aberta, com ações negociadas nas bolsas de valores brasileiras. Em outubro de 1993, os acionistas aprovaram o fechamento de capital do Banco BMG e, conforme determina a lei brasileira, a família Guimarães efetuou uma oferta a todos os acionistas minoritários para aquisição das ações do Banco BMG com a base no valor contábil apurado em 30 de janeiro de 1994, indexado pela Taxa de Referência (TR). A oferta foi concluída em fevereiro de 1996.

Até 1993, o Banco BMG e a empresa de arrendamento mercantil, BMG Leasing, eram instituições separadas com gestão compartilhada. Em agosto daquele ano, o Banco BMG adquiriu de membros da família Guimarães, 99,94% das ações ordinárias da BMG Leasing. As atividades do Banco BMG foram ainda consolidadas em fevereiro de 1994, com a aquisição pelo Banco BMG de 95,66% (elevado para 96,96% no segundo semestre de 1994) do capital total da BMG Corretora, uma corretora de valores mobiliários, e em fevereiro de 1995, com a aquisição pelo Banco BMG de 99% das quotas da BMG Factoring. Ambas as companhias tinham a titularidade e o controle exercidos por membros da família Guimarães. A BMG Factoring deixou de pertencer ao BMG em 1º de abril de 2009.

Até meados dos anos 90, o negócio principal do Banco BMG era focado no financiamento no atacado e varejo relacionado à indústria do transporte. Juntamente com suas subsidiárias, as quais eram administradas e operadas de forma integrada com o banco, o Banco BMG oferecia serviços de arrendamento mercantil e arrendamento, principalmente para empresas operando na indústria do transporte, e oferecia empréstimos e arrendamentos a pessoas físicas, para a aquisição de veículos

novos e usados. Devido à dinâmica desfavorável do mercado no segmento de financiamento de veículos no atacado e varejo, e após a crise econômica e financeira da Ásia em 1997, e a crise da moeda ocorrida na Rússia em 1998, o Banco BMG decidiu reduzir de modo significativo sua exposição neste negócio. Em 1999, o banco passou a concentrar seu foco na concessão de créditos consignados a funcionários do setor público,

NEGÓCIOS DO BANCO BMG

O Banco BMG é conhecido como um dos maiores provedores de crédito ao consumidor do país. Seu negócio principal consiste em oferecer empréstimos com reembolso descontado automaticamente da folha de pagamento (créditos consignados), para funcionários de entidades do setor público no Brasil, incluindo entidades dos governos federal, estadual e municipal, e para aposentados e pensionistas do INSS. O Banco BMG também oferece empréstimos comerciais a empresas de pequeno e médio porte, basicamente fornecedores e prestadores de serviços ao setor público brasileiro. Anteriormente a dezembro de 2008, o Banco BMG oferecia créditos consignados a funcionários de empresas privadas no Brasil, financiamento de veículos e arrendamento mercantil. Apesar de o Banco BMG não mais originar tais empréstimos, eles continuam a fazer parte da atual carteira de crédito.

O Banco BMG foi um dos primeiros bancos a oferecer no Brasil créditos consignados para funcionários dos setores público, privado e aposentados e pensionistas do INSS. Considerando o limitado acesso do consumidor brasileiro ao crédito, historicamente, o segmento de crédito consignado cresceu para atender à necessidade de fontes alternativas de financiamento ao consumidor. Os consumidores têm utilizado o crédito consignado em substituição às mais tradicionais e caras linhas de crédito, tais como cheque especial e financiamento via cartão de crédito. As parcelas dos créditos consignados são descontadas diretamente dos pagamentos recebidos por funcionários ou aposentados e pensionistas, conforme autorização de débito irrevogável concedida nos termos da lei brasileira. A inadimplência observada nos créditos consignados do Banco BMG tem sido relativamente baixa, uma vez que a exposição do crédito é basicamente transferida dos consumidores a sua entidade pagadora (empregadores, órgãos públicos ou previdência social).

Nos últimos sete anos, para administrar o forte crescimento da carteira de crédito do Banco BMG, o banco tem efetuado a cessão de empréstimos, ou cessão de créditos, para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios, ou FIDC. Na maior parte destes acordos de cessão de crédito, o Banco BMG se compromete a recomprar dos cessionários as parcelas inadimplentes, ou o montante total, de quaisquer empréstimos cedidos e não pagos. As cessões de crédito permitem ao Banco BMG transformar o valor dos empréstimos cedidos em caixa, concentrando os fundos na originação de novos empréstimos. As cessões de crédito possuem um papel importante na estratégia de captação do banco proporcionando liquidez, além de um considerável impacto na demonstração de resultado.

O foco em créditos consignados tem permitido ao Banco BMG desenvolver um profundo conhecimento do produto e posicionar-se como líder neste segmento do mercado de crédito ao consumidor e aumentar seus retornos financeiros.

As demais operações desenvolvidas pelo Banco BMG compreendem financiamento de veículos, repasses de recursos do BNDES, operações de arrendamento mercantil e operações de desconto/mútuo com fornecedores do setor público e grandes empresas do setor privado.

O Banco BMG manteve o seu foco no crédito consignado, responsável pela geração de R\$ 3,921 bilhões de operações, representando 70,8% dos créditos originados no período – R\$ 5,536 bilhões. Desse total, 57,6% foram direcionados para aposentados e pensionistas do INSS e 42,4% para servidores públicos. As demais operações compreenderam repasses de recursos do BNDES, arrendamento mercantil e operações de desconto/mútuo com fornecedores do setor público e grandes empresas do setor privado. Esta modalidade de operação gerou ao longo do primeiro semestre de 2010 o volume de R\$ 1,615 bilhão.

O patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2010 atingiu o valor de R\$ 2,159 bilhões. O lucro líquido do semestre totalizou R\$ 352,032 milhões. O patrimônio de referência do Banco BMG correspondeu a 13,88% dos ativos ponderados pelo risco (Acordo da Basileia).

As carteiras próprias de operações de crédito e de arrendamento mercantil, apresentaram um saldo em 30 de junho de 2010 de R\$ 7,717 bilhões, correspondente a uma expansão de 43,1% em relação ao mesmo período de 2009, principalmente em função do aumento dos empréstimos a pessoas físicas, contra uma expansão de 38,9% da carteira incluindo os créditos cedidos que no final do primeiro semestre de 2010 apresentam um saldo de R\$ 21,957 bilhões.

Em 30 de junho de 2010, o saldo dos recursos captados totalizou R\$ 20,336 bilhões, sendo: 23,4% em depósitos a prazo e interfinanceiros junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas, incluindo depósitos a prazo com garantias especiais (DPGE); 2,6% através de FIDC líquidos de cotas subordinadas detidas pelo Banco; 65,7% via cessões de créditos realizadas em parcerias celebradas com outros bancos; 7,3% através de captações externas e 1,0% em outras captações.

ESTRATÉGIA

A estratégia do Banco BMG é focar no crescimento da carteira de créditos consignados, mantendo sua posição de mercado neste segmento, aumento na eficiência das operações e melhoria do desempenho financeiro. Os principais componentes de nossa estratégia são apresentados abaixo.

Focar em produtos e mercados de créditos consignados no setor público: O Banco BMG acredita na existência de oportunidades significativas para alavancar sua posição de mercado no segmento de concessão de créditos consignados, objetivando o crescimento da base de clientes do banco e a expansão dos produtos e serviços oferecidos neste segmento. Além desta estratégia, o banco pretende:

- fortalecer os relacionamentos existentes com os mais bem sucedidos correspondentes bancários;
- estabelecer acordos com novas entidades do setor público para a concessão de empréstimos a seus funcionários;
- fortalecer os relacionamentos existentes com entidades do setor público e o INSS para aumentar a penetração dos créditos consignados;

- continuar seu pioneirismo no desenvolvimento de novos produtos relacionados a créditos consignados; e
- estabelecer parcerias com outras instituições financeiras para o desenvolvimento de novos produtos relacionados a créditos consignados.

Manter qualidade dos ativos e captação adequada: O sucesso contínuo do negócio e a capacidade de aproveitar o aumento das oportunidades dependem da capacidade do Banco BMG de manter a qualidade de seus ativos e uma captação adequada. O Banco BMG pretende continuar a expandir sua carteira de crédito com as atuais garantias, procedimentos e diretrizes de avaliação de risco de crédito, que têm sido as principais razões para o histórico relativamente baixo de prejuízos com empréstimos. Como parte da estratégia de captação do Banco BMG, e para dar suporte à expansão da carteira de crédito, o Banco BMG continuará efetuando a cessão de empréstimos, para várias outras instituições financeiras e para FIDC. Em particular, o banco firmou acordos de cessão de crédito com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco.

Continuar a diversificar as fontes de captação: O Banco BMG continuará a diversificar suas fontes de captação por meio do acesso a mercados de capitais internacionais, com a utilização de financiamentos de médio e longo prazo, bem como cessões de crédito para outras instituições financeiras e FIDC. O Banco BMG pretende utilizar os proventos da emissão de notas para proporcionar fundos adicionais ao balanço, para dar suporte ao crescimento contínuo do negócio de crédito ao consumidor e para aumentar o montante de capital de referência.

Manter e melhorar o índice de eficiência: O Banco BMG pretende manter uma estrutura corporativa simples e enxuta. A rede escalável de correspondentes bancários permite ao Banco BMG aumentar o negócio de concessão de empréstimos sem investimentos significativos em instalações, sistemas ou recursos humanos adicionais. Por meio da utilização de novos sistemas de software, incluindo a plataforma BMG Consig, o Banco BMG tem conseguido facilitar e agilizar o processo de interação e comunicação entre o banco e a rede de vendas. O Banco BMG pretende continuar focado na manutenção de baixos índices de despesas, melhorando a eficiência das operações por meio do uso de tecnologia, ao mesmo tempo em que se beneficia de ganhos operacionais resultantes de economias de escala.

VANTAGENS COMPETITIVAS

O Banco BMG atribui sua posição de destaque no mercado brasileiro de crédito ao consumidor às seguintes vantagens competitivas:

Posição de liderança nos principais mercados em que atua: O Banco BMG é um forte *player* no mercado brasileiro de crédito ao consumidor, que inclui crédito pessoal, financiamento via cartão de crédito e financiamento via loja. O banco acredita ser referência no mercado devido ao forte reconhecimento de sua marca em créditos consignados, um segmento do mercado de crédito pessoal.

Fundamentos sólidos e resistentes na indústria e produtos: O crescimento do setor bancário brasileiro, e do mercado de crédito ao consumidor em especial, é uma tendência com fundamentos sólidos e resistentes, considerando-se os baixos níveis de penetração do crédito no Brasil e a histórica falta de acesso da população brasileira a serviços e produtos bancários. O financiamento

por meio do crédito consignado é um dos segmentos com crescimento mais rápido do mercado de crédito ao consumidor, sendo com frequência uma das mais atraentes fontes de financiamento para funcionários do setor público e aposentados e pensionistas do INSS. Como tal, o Banco BMG acredita que este segmento deverá continuar a crescer de modo estável e, como um dos primeiros bancos a focar neste segmento, contando com experiência considerável e canais de distribuição de amplitude nacional, acredita também estar bem posicionado para continuar a beneficiar-se de tal crescimento.

Sólida plataforma de originação: A originação do crédito consignado do Banco BMG é principalmente efetuada por uma rede de equipes de vendas composta por prestadores de serviço terceirizados, principalmente correspondentes bancários com relacionamentos de longo prazo com o Banco BMG. Cada um dos correspondentes bancários do Banco BMG recebe o apoio de uma equipe de agentes, proporcionando uma forte rede de vendas nas principais cidades brasileiras. A rede de vendas centraliza seu foco em aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor público com as quais o Banco BMG possui acordos para a oferta de créditos consignados. A estrutura desta rede de vendas proporciona ao Banco BMG não apenas flexibilidade, foco e acesso a um pipeline com forte originação a partir de empresas governamentais, mas também o alinhamento dos interesses do banco àqueles dos correspondentes bancários. O Banco BMG não opera uma rede de agências de varejo porque sua rede de vendas proporciona uma ampla cobertura de vendas no Brasil, com melhor relação custo/eficiência, permitindo ao Banco BMG alcançar uma parcela da população brasileira que não pode ser acessada por meio do sistema bancário tradicional.

Perfil de risco conservador: O Banco BMG acredita que os créditos consignados possuem um menor risco de inadimplência do crédito em relação aos empréstimos concedidos a consumidores sem o mecanismo de desconto em folha de pagamento. Porque os pagamentos dos créditos consignados são descontados diretamente dos pagamentos recebidos por funcionários ou aposentados e pensionistas, conforme permitido pela lei brasileira, a experiência de inadimplência dos bancos nesta modalidade de empréstimo tem sido relativamente reduzida, uma vez que a exposição ao crédito é essencialmente transferida dos consumidores para seus empregadores ou para o INSS. Atualmente, os maiores empregadores, dos quais o Banco BMG aceita descontos em folha de pagamento como suporte a financiamentos bancários, são principalmente empresas do governo brasileiro, incluindo empresas do governo federal. Nos termos da lei brasileira, as empresas dos governos federal, estadual e municipal são obrigadas a priorizar o pagamento de salários e encargos sociais, a partir dos quais são feitos os descontos para pagamento dos créditos consignados oferecidos pelo Banco BMG, em detrimento de montantes devidos a seus credores sem direito de preferência ou garantia.

Eficiência nas Operações: O Banco BMG acredita ser um dos bancos em operação no Brasil com a melhor relação custo/eficiência. A eficiência reflete a cultura de consciência de custo do banco, os esforços históricos e permanentes para a redução de custos, e o benefício de possuir uma plataforma de originação terceirizada e escalável por meio de correspondentes bancários.

Plataforma tecnológica própria e única: O Banco BMG possui sistemas de software que são atualizados continuamente e aumentam a capacidade do banco de administrar grandes volumes de originação de empréstimos e de centralizar sistemas de informação gerencial, incluindo sistemas administrativos, contábeis, de gestão de clientes, preparação de orçamentos, e controle. Em particular, o Banco BMG possui uma plataforma própria de interface - BMG Consig – que permite aos funcionários de empresas públicas tomadores de créditos consignados e seus empregadores,

requerer, aprovar ou administrar créditos consignados pela Internet, intranet ou por meio de software de computador pessoal. Devido à sofisticação dos sistemas de software, o Banco BMG investe valores significativos em sua manutenção e atualização. O Banco BMG acredita que a plataforma BMG Consig é uma das interfaces mais sofisticadas atualmente disponíveis no mercado brasileiro para a troca eletrônica de informações entre banco, tomadores, departamentos de recursos humanos dos empregadores e seus sistemas de folha de pagamento. O processo do crédito consignado é inteiramente automatizado, da originação da transação até a concessão do empréstimo.

Cultura empreendedora e capacidade para se ajustar a mudanças nas condições de mercado: O Banco BMG acredita que a cultura empreendedora do banco é uma de suas principais vantagens competitivas. O Banco BMG foi uma das primeiras instituições financeiras a oferecer créditos consignados para funcionários do setor público em 1999, e aposentados e pensionistas do INSS em 2004. Em 2003, o Banco BMG foi um dos primeiros bancos a estruturar e estabelecer um programa de securitização por meio de FIDC e, em 2004, foi um dos primeiros bancos a firmar grandes acordos de cessão de crédito com outras instituições financeiras.

O Banco BMG também foi pioneiro na concessão de créditos consignados para aquisição de bens domésticos duráveis, em 2006, estabelecendo relacionamentos diretos com fabricantes de bens domésticos duráveis para a concessão de tais empréstimos, e também no desenvolvimento de produtos como o cartão de crédito BMG, um cartão de crédito com pagamentos descontados da folha de pagamento, introduzido em 2008.

Além disso, uma administração focada permitiu ao banco permanecer flexível e ajustar-se rapidamente às mudanças nas condições de mercado. A estratégia de foco nos créditos consignados como produto principal constitui-se uma vantagem competitiva importante, na medida em que proporciona ao Banco BMG a capacidade de antecipar os movimentos do mercado, identificar oportunidades, desenvolver novos produtos e ajustar rapidamente a estratégia do banco para tirar proveito de oportunidades de mercado ou reduzir a exposição a condições desfavoráveis.

EXPERIÊNCIAS PRÉVIAS DO BANCO BMG EM SECURITIZAÇÃO

O Banco BMG possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como Cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios, decorrentes de operações de crédito consignado, quais sejam:

- a) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Consignado –Privado I;
- b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS I;
- c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS II;
- d) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS IV;
- e) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados V;
- f) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI;

- g) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VII;e
- h) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos.

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO E SUPLEMENTOS

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sériedo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

CONTRATO DE CESSÃO

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Sériedo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(As demonstrações financeiras trimestrais e anuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 podem ser obtidas no site do Banco BMG:
<http://www.bancobmg.com.br/RI>)

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA STANDARD & POOR'S